

## 1. Quatro séculos depois

Capistrano de Abreu encerra os seus *Capítulos de História Colonial* (1907) com um retrato da sociedade brasileira após três séculos de formação, no início dos oitocentos. Em fins do século XIX, o historiador testemunhara acontecimentos inauditos, como a abolição da escravidão e a proclamação da República. Acontecimentos que sinalizaram a crise do Império do Brasil e a impossibilidade de um Terceiro Reinado. O próprio historiador se referiria à República - menos entusiasmado do que conformado com o que parecia ser uma inevitabilidade histórica - como uma alternativa para manter a unidade nacional. A possibilidade de uma restauração da monarquia poderia significar, a seus olhos, uma indesejável secessão. Em Janeiro de 1890 escreve ao Barão do Rio Branco, referindo-se à proclamação da República:

“Recebi sua última carta no dia 15 de novembro! Vinha do Campo de Santana impressionado, como pode imaginar, depois de ter visto uma revolução. E que revolução! Só há uma palavra que reproduz o que eu vi: empilhamento. Levantou-se uma brigada, chegaram os batalhões um a um, sem coesão, sem atração, sem resolução e foram-se encostando uma a um, como peixe na salga. Quando não havia mais batalhão ausente ou duvidoso, proclamou-se a República, sem que ninguém reagisse, sem que ninguém protestasse...No ponto em que as coisas estavam, era a única solução razoável. Antes uma Deodorada que uma Saldanhada. Todo o Brasil aderiu; apenas em Pernambuco José Mariano levantou um grito separatista que não ecoou. Digam o que quiserem, a República hoje é a pátria unida; a restauração seria a secessão”<sup>1</sup>

A referência ao almirante de convicções monarquistas Luís Felipe de Saldanha da Gama, denota a preocupação do historiador com a instabilidade do novo regime político. O teor irônico da carta sugere mesmo que a sua única virtude fora manter a unidade da pátria, em que pese a falta de preparação da nação para a vida republicana.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Carta ao Barão do Rio Branco [25/01/1890], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, p. 127.

<sup>2</sup> É oportuno citar aqui uma carta a Assis Brasil, provavelmente de 11/03/1891: “Encontro agora em Michelet (Rév. Fr. III, págs. 11 e 12) o seguinte trecho, que pode servir de epigrafe à República Federal, e que por isso, copio: *L’objection principale, celle qu’on faisait et qu’on fait toujours, c’était: ‘Il n’est pas encore temps, nous ne sommes pas mûrs encore, nos moeurs ne sont pas républicaines...’ Vérité trop vraie; il est clair qu’il doit toujours en être ainsi en sortant de la monarchie. La monarchie n’a garde de former à la république: ses lois, ses institutions n’ont pas apparemment le but de préparer beaucoup les moeurs au gouvernement contraire; d’où il suit qu’il serait toujours trop tôt pour essayer la république; on resterait embarrassé à jamais dans ce circle*

Circunscrito ao período colonial, como o próprio nome denota, os *Capítulos de História Colonial* retratam um ponto de partida do processo formativo da nação. A herança de três séculos de formação apontava para tendências futuras. Ao fim do quarto século, o historiador parece convicto de ser testemunha ocular de acontecimentos que indicam a incompletude daquele processo. A “biografia da nação” que o historiador narra é indicativa da sua preocupação com a necessidade de levar adiante o que fora iniciado com a colonização portuguesa: a consolidação de uma nova nacionalidade no trópico.

A convicção de que o progresso da sociedade estava associado ao conhecimento que ela tem de seu passado<sup>3</sup>, era um indício da mentalidade da época acerca da utilidade do conhecimento científico para o aperfeiçoamento dos homens. Para o historiador cearense, como se sabe, a história atingira um grau de desenvolvimento que lhe credenciava a estar entre as ciências. A reformulação operada por Ranke no campo metodológico era conhecida do historiador, que cobrava de seus amigos mais próximos e de seus contemporâneos uma prática condizente com os avanços da disciplina. Em carta a Guilherme Studart, escreveu: “Por que motivo...te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que, com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica das fontes, criada por Leopoldo von Ranke, na Alemanha, foi renovada a fisionomia da história?”<sup>4</sup> Uma prática que o próprio Capistrano utilizava ao menos desde 1880, com o texto sobre a armada de D. Nuno Manuel e que aparece também com clareza na tese de concurso para o Colégio Pedro II, o *Descobrimento do Brasil*, de 1883. Quando concretizava aquela prática, através de textos publicados na imprensa, o historiador pugnava por sua concepção da disciplina e sinalizava para os seus contemporâneos o modo de proceder do historiador moderno. Armado de sua ferramenta científica,

---

*vicieux: ‘La législation et l’éducation républicaines peuvent seules former les hommes à la république; mais la république elle-même est préalablement nécessaire pour vouloir et décréter ces lois et cette éducation’. Pour qu’un peuple sorte de ce cercle, il faut que par un acte vigoureux de sa volonté, par une énergique transformation de sa moralité politique, il se fasse vraiment digne d’être enfin majeur, digne de sortir d’enfance, de prendre la robe virile, et que, pour ne pas retomber, pour rester à la hauteur de ce moment héroïque, il se donne les lois et l’éducation qui peuvent seules le perpétuer”,* *ibid.*, p. 72.

<sup>3</sup> Em carta ao amigo e contemporâneo cearense Guilherme Studart [18/06/1893], escreveu: “Estimo muito que já esteja de volta a nossa boa terra, e disposto a consagrar-se cada vez mais à sua história e geografia. Já é hoje o Ceará, dos estados do Norte, o que melhor tem estudado sua história; razão de mais para afirmar e consolidar a sua supremacia”, *ibid.*, p. 142.

<sup>4</sup> Carta a Guilherme Studart [20/04/1904], *ibid.*, p. 166.

Capistrano de Abreu entrou nas polêmicas do fim do século XIX como intelectual, cientista e defensor do ofício de sua eleição, ofício este que exige constante renovação de parâmetros científicos, como fica evidente nas suas incursões pela sociologia spenceriana, pela geografia inspirada em Ratzel ou pela economia política de procedência alemã. Estas incursões revelam também que o próprio historiador encontra-se em formação. Podemos dizer que a figura do historiador cearense articula três formações que se entrecruzam: a de Capistrano como historiador moderno; a de sua própria disciplina, que encontrava em seu tempo uma definição científica que superava fórmulas de outras épocas; e a da nacionalidade, cuja trajetória o historiador pretendia elucidar.

Em fins do século XIX, Capistrano de Abreu percebe a nação de que faz parte como um organismo que ainda não completou seu processo formativo. A herança da colonização - “três séculos depois” – foi retratada nos *Capítulos* com a imagem da dispersão dos cinco grupos etnográficos. Eles atingiram uma frágil coesão, “ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião” que deveria convergir, no esquema evolutivo, para a consciência nacional.

A necessidade de narrar a História do “ponto de vista nacional”, que Capistrano cobraria de seus predecessores, era para ele um projeto intelectual tanto porque a nação chegara a um ponto de relativa autoconsciência<sup>5</sup>, quanto pelo avanço do instrumental científico disponível à época. É o que transparece no balanço que faz da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, seu antecessor e principal interlocutor para as questões da história Pátria.

## 1.1 O pedestal de Varnhagen

É possível imaginar Capistrano de Abreu parado em frente à estátua de Varnhagen, inaugurada em 1882 no Rio de Janeiro, observando sua “têmpera de ferro”, mas refletindo a respeito de sua contribuição para o conhecimento da história Pátria. Em seguida, num gesto inesperado, ele escala a imagem petrificada até os ombros. Do alto, contempla um sonho: escrever uma nova história do Brasil.

---

<sup>5</sup> Nesse sentido afirma a superação do transoceanismo, mas a continuidade do sentimento de inferioridade à Europa, argumento que aparece em “A literatura brasileira contemporânea” [1875], in *Ensaio e estudos*, 1ª série, p. 67.

A famosa imagem dos homens medievais, considerando-se anões que sobem nos ombros de gigantes (os antigos) para ver mais longe que os próprios<sup>6</sup>, é uma boa maneira de referir ao diálogo entre Capistrano e Varnhagen, com a diferença que o intuito de Capistrano é menos imitar os antigos do que com eles estabelecer um diálogo crítico. A idéia de que os progressos alcançados pela história como ciência justificariam retificações à obra de seu antecessor, está presente nos textos que o historiador cearense escreveu sobre o Visconde de Porto Seguro, bem como na nova edição da *História Geral do Brasil* em que Capistrano trabalhou no início do século XX. Não poucas vezes, porém, Capistrano também ratificou Varnhagen, o que nos leva a pensar em um diálogo tenso, que se manifesta através de um exercício de crítica. Por meio deste, se dá o processo de individuação do historiador cearense.

Nestes textos, podem-se perceber as críticas e os elogios a seu antecessor. Os méritos de Varnhagen, e eles não eram poucos, não impedem Capistrano de observar problemas e lacunas que deveriam ser, respectivamente, corrigidos e preenchidas. Em boa medida, o projeto do historiador cearense de escrever a História do Brasil se relaciona com este diálogo. E este, por sua vez, pressupõe sempre, da parte de Capistrano, a consciência de uma concepção moderna da história. A “voz” do cientista ressalta em sua narrativa, quando se trata de criticar Varnhagen.

É provável que Capistrano não tenha comparecido à inauguração da estátua de Varnhagen, mas o texto escrito para a *Gazeta de Notícias*<sup>7</sup> e publicado nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 1882, é revelador da atitude do cearense em relação a seu antecessor. Há nele um misto de admiração e reconhecimento, mas também um claro desejo de superação, que justifica o sonho manifestado em sua

---

<sup>6</sup> Jacques Le Goff assim recupera a frase de Bernardo de Chartres, que segundo o autor teve grande repercussão na Idade Média: “Somos anões empoleirados nos ombros de gigantes. Assim, vemos melhor e mais longe que eles, não porque nossa vista seja mais aguda ou nossa estatura mais alta, mas porque eles nos elevam até o nível de toda sua gigantesca altura”, Apud LE GOFF, J., *Os intelectuais na Idade Média*, p. 25.

<sup>7</sup> Desde seu surgimento em 1874, fundada por Ferreira de Araújo, a *Gazeta de Notícias* se distinguiria por abrir espaço à literatura. Inúmeros homens de letras ali escreveriam. Além de Capistrano de Abreu, Olavo Bilac, Pardal Mallet, Machado de Assis, entre outros. É também um dos veículos em que se davam as polêmicas literárias do final do século XIX, entre elas a do próprio Capistrano com Sílvio Romero, da qual os artigos “História Pátria”, publicados em 1880 na *Gazeta* em 1880 são expressão.

Para Nelson Werneck Sodré, “os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível”, in *História da Imprensa no Brasil*, p. 334.

correspondência de escrever a História do Brasil, como se ele estivesse sobre os ombros do Visconde de Porto Seguro, mirando um horizonte diferente.

Em “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, o jovem cearense de 29 anos faz uma avaliação crítica da obra de Varnhagen. Neste texto, temos uma ocasião privilegiada para analisar sua concepção de história e, também, para perceber que nos seus juízos em relação ao autor da *História Geral*, estão subentendidos alguns dos projetos e desejos do próprio historiador cearense em relação ao estudo da história Pátria.

É o caso, por exemplo, de um trecho logo no início em que ao mesmo tempo que ironiza as “últimas vontades” de Varnhagen - entre elas a construção de uma estátua em sua memória que reconhece ser uma “satisfação legítima”, conquistada dignamente – pensa também em sua meritória capacidade de realização: “Na sua infância ele erguera o pensamento a uma história de sua Pátria, e realizou-o. Não há maior felicidade do que esta, tão bem expressa pelo poeta de Eloá: - ver, homem, realizada uma idéia que se concebeu adolescente”.<sup>8</sup> O próprio Capistrano, anos antes de escrever estas palavras, ainda residindo no Ceará, tivera pela primeira vez a idéia de escrever a história do Brasil<sup>9</sup>, o que nos faz imaginar que o plano que atribui ao seu antecessor na passagem acima é, de alguma forma, manifestação de suas próprias motivações. “Ver, homem, realizada uma idéia que se concebeu adolescente”.

No artigo “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, escrito em 1882, o cearense trata o tempo todo da possibilidade e, talvez mais, da necessidade de escrever a História do Brasil apesar do esforço de Varnhagen. Ela deveria ser escrita de novo por causa dos progressos da ciência. Com uma nova ferramenta teórica como a sociologia de Comte e Spencer, a esperança de mudar a face da história do Brasil se tornava algo palpável para o historiador cearense.

Que o próprio Varnhagen tenha iniciado o movimento de escrever uma história científica, pautada pelo exame crítico da documentação, Capistrano não deixa de reconhecer:

---

<sup>8</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro” [1882] in *Ensaios e estudos*, 1ª série, p. 133.

<sup>9</sup> Em carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo [19/03/1917], anos mais tarde, relembra o fato: “Tenho presente a primeira vez em que veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo comércio intelectual. Acabava de ler Buckle no original, relia mais uma vez Taine, tinha acabado a viagem de Agassiz”, in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 2, p. 38.

“Com o plano de Martius, Varnhagen atirou-se francamente ao estudo. Ele era um desses homens fortes, que as dificuldades não detêm. Um problema era uma incitação. Um manuscrito, desses que mal se podem ler, e em que cada um dos caracteres é um enigma a decifrar, fixava-lhe, absorvia-lhe a atenção, e ele acabava desvendando o mistério”.<sup>10</sup>

O elogio ao predecessor continua pela demonstração das qualidades do Varnhagen pesquisador, capaz de desenterrar fatos até então desconhecidos, coligir documentação até então inédita. O trabalho com edições críticas o credencia ainda mais: “A descoberta do Roteiro de Pero Lopes e a do Livro da Nau Bretoa esclareceram muitos pontos obscuros. A edição de Gabriel Soares é um trabalho de suma importância, pois Gabriel Soares é o geógrafo, o historiador, o etnologista, a enciclopédia viva do nosso século XVI”.<sup>11</sup> Capistrano continua a citar as obras recuperadas por Varnhagen, mas o que importa destacar é que assim fazendo, o autor define para si mesmo o que é o ofício de historiador e como praticá-lo. Sem dúvida, uma de suas dimensões é a crítica documental.

Este tópico já aparecera em texto escrito quatro anos antes, o “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”. Naquela oportunidade, Capistrano escrevera sobre o historiador falecido: “O desconhecido atraía-o. Os problemas não solvidos o apaixonavam. Códices corroídos pelo tempo; livros que jaziam esquecidos ou extraviados; arquivos marcados com o selo da confusão, tudo viu, tudo examinou”.<sup>12</sup> A descoberta de nova documentação e a revelação de fatos até então desconhecidos era condição necessária para a definição do “historiador moderno”. Mais adiante, no mesmo texto, aduz: “é a sina do futuro historiador que investiga os cartórios, compulsa as bibliotecas dos mosteiros, examina os padrões de outras eras, colhe glossários e tradições, e nas localidades comenta e verifica os dizeres de Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus”.<sup>13</sup> Com esta prática do exame crítico, tinha-se por objetivo a busca da verdade, oposta ao erro.

Anos mais tarde, os procedimentos do método histórico seriam sistematizados por Marc Bloch: “Para separar dos erros e das mentiras um pouco

<sup>10</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 133.

<sup>11</sup> Ibid., p. 133-4.

<sup>12</sup> ABREU, J.C., “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” in *Ensaio e estudos*, 1ª série, Op.Cit., p. 82-3.

<sup>13</sup> Ibid., p. 84.

de verdade...como hão de proceder os historiadores? A arte de discernir nos relatos o verdadeiro, o falso e o plausível chama-se crítica histórica”.<sup>14</sup>

Que Capistrano de Abreu, entre os contemporâneos brasileiros, tenha sido um fervoroso defensor de sua prática, não pode haver dúvida. Marc Bloch, no texto acima citado, prossegue definindo as regras da crítica histórica. A mais elementar de todas, segundo o autor, está nas notas de rodapé:

“Para que servem as notas? Para dar aquilo a que chamamos referências. Um físico descreve uma experiência: fê-la ele próprio; ela é a sua própria testemunha; não precisa de se citar a si próprio: basta a sua assinatura, no princípio de seu livro ou no fim do seu artigo. Um historiador relata um acontecimento passado; não o viu; fala pela boca das testemunhas; e tem que referir essas testemunhas, primeiro por prudência, para mostrar que tem garantias, e sobretudo por honestidade, para permitir verificar eventualmente o uso que deu àqueles relatos. Citar as testemunhas ou... ‘citar as fontes’ é o primeiro dever do historiador”<sup>15</sup>

As notas de rodapé expressam uma característica definidora do ofício do historiador. Não tendo ele presenciado os acontecimentos que narra, precisa recorrer às testemunhas para compor seu relato. Carlo Ginzburg recuperou, mais recentemente, esta característica do investigador a quem as experiências, ao contrário do físico, estão vedadas. Este impedimento é a própria condição da elaboração de “critérios de cientificidade...fundados sobre a noção de prova”.<sup>16</sup>

O trabalho do historiador e o do juiz encontram na noção de prova um ponto de interseção. Massimo Mastrogregori lembrou em livro sobre Marc Bloch que “ele pertencia à última geração do caso Dreyfus; havia se formado numa atmosfera profundamente marcada pelas vicissitudes de um processo judicial, o do capitão Dreyfus, acusado de ter entregue aos alemães informação militar secreta e finalmente absolvido graças também à intervenção de historiadores e escritores”.<sup>17</sup> O próprio Marc Bloch se utiliza da comparação ao se referir à crítica dos testemunhos: “Mas estes testemunhos, bastará reuni-los e depois juntá-los uns

<sup>14</sup> BLOCH, M., “Crítica histórica e crítica do testemunho” in *História e historiadores*, p. 22.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 22.

<sup>16</sup> GINZBURG, C., “Prova e possibilidades à margem de ‘il ritorno de Martin Guerre’, de Natalie Zemon Davis” in *A micro-história e outros ensaios*, p. 180.

<sup>17</sup> “Bloch pertenía a la última generación del caso Dreyfus; se había formado en una atmósfera marcada profundamente por las vicisitudes de un proceso judicial, el del capitán Dreyfus, acusado de haber entregado a los alemanes información militar reservada, y finalmente exculpado gracias también a la intervención de historiadores y de escritores”, MASTROGREGORI, M., *El Manuscrito interrumpido de Marc Bloch. Apología para la historia o el oficio de historiador*, p. 11.

com os outros? Decerto que não. A tarefa do juiz de instrução não se confunde com a do seu escrivão. Nem todas as testemunhas são sinceras e a sua memória nem sempre é fiel, de modo que não podemos aceitar descontroladamente os seus depoimentos”.<sup>18</sup> Daí a necessidade de estabelecer critérios regulares na comparação destes, numa palavra, um método. O balanço dos testemunhos pelo historiador não pode se fazer, diz Bloch, por um critério aritmético. A testemunha ocular, que presenciou o acontecimento, tem precedência sobre as demais: “Dez pessoas garantem-me que no Pólo Norte o mar se estende livre de gelos e o almirante Peary que os gelos desse mar são eternos. Acredito em Peary e continuaria a acreditar se os seus opositores fossem cem ou mil, pois foi ele o único homem a ter visto o Pólo...Os testemunhos pesam-se, não se contam”.<sup>19</sup>

As regras referidas por Marc Bloch eram adotadas havia muito por Capistrano de Abreu. Se recorremos ao historiador francês para explicitar algumas características da crítica histórica, é porque o historiador cearense as deixa implícitas quando escreve seus prefácios, introduções, entre outros. E portanto, encontram-se definidas na própria prática do historiador, na qual é preciso surpreendê-lo para identificar os traços do referido método.

Uma demonstração convincente de como o historiador cearense opera com o método crítico na sua tese de concurso para o Colégio Pedro II, *O descobrimento do Brasil* (1883) foi feita por Ricardo Benzaquen de Araújo.<sup>20</sup> Ali se verifica uma prática que lhe era corriqueira, presente na quase totalidade de seus textos. A particularidade da tese de concurso<sup>21</sup> é que ela separa na materialidade do texto uma parte dedicada à crítica da documentação, que se empenha na solução de um enigma de crítica histórica: quem descobriu o Brasil? Benzaquen demonstra como se manifestam nesta parte do trabalho de Capistrano, as regras do método histórico, a saber, o privilégio da testemunha ocular dos acontecimentos, a ênfase no caráter lógico dos depoimentos como critério para se

<sup>18</sup> BLOCH, M., “Crítica histórica e crítica do testemunho”, Op.Cit., p. 22. “Nós, historiadores”, escreve Bolch, “somos juizes de instrução encarregados de um grande inquérito do passado”, *ibid.*, p. 21.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 25.

<sup>20</sup> ARAÚJO, R.B., “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu” in *Estudos Históricos*, 1, pp. 28-54.

<sup>21</sup> Esse destaque dado ao processo de crítica da documentação sinaliza para seus contemporâneos o proceder moderno do ofício do historiador. Como notou Benzaquen, é como se Capistrano “estivesse explicitando para o leitor uma etapa da pesquisa histórica que geralmente lhe é ocultada: a etapa da crítica da documentação”, ARAÚJO, R.B., “Ronda Noturna”, Op.Cit., p. 35.



acreditar na correspondência entre texto e realidade e o uso da quantidade de documentos como critério para dirimir contradições entre testemunhas.<sup>22</sup>

Sobre este último, cabe lembrar também a consideração de Ginzburg sobre a integração entre “realidades” e “possibilidades”,<sup>23</sup> ponto em que as óticas do juiz e do historiador divergem:

“Para o primeiro, a margem de incerteza tem um significado puramente negativo, e pode conduzir a um *non liquet* – em termos modernos, a uma absolvição por falta de provas. Para o segundo, isso obriga a um aprofundamento da investigação, ligando o caso específico ao contexto, entendido aqui como campo de possibilidades historicamente determinadas”.<sup>24</sup>

Um exemplo que pode ser referido sobre o uso do “campo de possibilidades” por Capistrano de Abreu está na pequena introdução a *Do princípio e Origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônia*, de Fernão Cardim. Ele o faz justamente para tratar do problema da autoria do *Tratado* que até então não fora impresso em português.

“O manuscrito da Biblioteca de Évora”, escreve “em nada nos esclarece a respeito, porque é anônimo”.<sup>25</sup> As poucas palavras do colecionador inglês Samuel Purchas<sup>26</sup> que acompanhavam a tradução para o inglês, pouco ajudam a solução do enigma. “Ele [Purchas] atribui o opúsculo ao *irmão* Manuel Tristão, enfermeiro do Colégio dos Jesuítas da Bahia, fundando-se na circunstância do livro trazer algumas receitas medicinais, e ter em uma parte escrito o seu nome”.<sup>27</sup> Ao refutar a atribuição de Purchas, Capistrano argumenta que “um *irmão* na Companhia de Jesus era sempre um rapaz que começava, e não tinha nem podia ter a madurez de espírito que aqui [no manuscrito] se revelam a cada passo, - ou homem feito que, apesar de inapto para a carreira das letras, possuía outras

<sup>22</sup> Ibid., p. 38.

<sup>23</sup> GINZBURG, C., “Provas e possibilidades”, Op.Cit.

<sup>24</sup> Ibid., p. 183.

<sup>25</sup> ABREU, J.C., “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adoração e cerimônias”, in *Ensaios e estudos*, 1ª série, p. 121.

<sup>26</sup> Fernão Cardim, após cumprir a missão de procurador da Província do Brasil em Roma, regressava para Brasil em 1601. Seu navio, saindo de Lisboa em setembro daquele ano, encontrou no caminho dois corsários ingleses comandados por Francis Cook. Feito prisioneiro e conduzido à Inglaterra, foi despojado dos manuscritos que levava consigo. Vendidos pelo corsário a um certo Hackett, chegou às mãos do colecionador Samuel Purchas, que os traduziu para o inglês.

Cf. a introdução de Rodolfo Garcia ao *Tratado da terra e da gente do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1939.

<sup>27</sup> ABREU, J.C., “Do princípio e origem dos índios do Brasil”, Op.Cit., p. 121.

qualidades que poderiam ser úteis à poderosa Companhia de Jesus”.<sup>28</sup> O historiador recorre neste passo a dados contextuais da época de Fernão Cardim para concluir sobre a impossibilidade de atribuir a autoria do texto ao *irmão* Manuel Tristão e levantar sua nova hipótese. A erudição do autor funciona aqui como um dos mecanismos do “campo de possibilidades”, pois dado o caráter lacunar da informação que tinha sobre Fernão Cardim, recorreu às possibilidades de um conjunto de valores partilhados por contemporâneos do autor em questão. A demonstração segue pela comparação do texto do manuscrito com a *Narrativa epistolar*, sabidamente de autoria de Fernão Cardim. As “provas intrínsecas” estabelecem a identidade entre estilos e tornam possível a identificação de passagens idênticas dos textos em questão, o que define a autoria do manuscrito. Voltemos ao diálogo que Capistrano estabelece com Varnhagen.

Nos dois textos publicados pelo jovem historiador cearense sobre o Visconde de Porto Seguro, notávamos o elogio no que se refere ao trato com a documentação. Capistrano, consciente da novidade metodológica que representava a crítica histórica, manifesta claramente sua opção de praticá-la ao se referir a Varnhagen.

Entretanto, a história não se confunde com uma coleção de documentos, o que também fica evidente nos julgamentos de Capistrano sobre a *História Geral do Brasil*. E precisamente aí começam as divergências entre o historiador cearense e seu ilustre antecessor e as críticas mais agudas feitas à forma da narrativa da obra do Visconde de Porto Seguro. Ela seria falha tanto por uma questão de estilo quanto pela falta de um enredo que organizasse a narrativa. Talvez, menos uma falta do que um enredo do qual Capistrano discordaria.

Capistrano de Abreu é, entre seus contemporâneos brasileiros, quem melhor encarna a dupla dimensão da concepção moderna de história:

Eis o que é muito importante. Em resumo, a pesquisa histórica foi praticada durante séculos sem afetar a maneira de escrever a história, as duas atividades estranhas uma à outra, talvez dentro do espírito do mesmo homem. É impossível dizer que a historiografia nasceria da descoberta da crítica histórica, pois esta descoberta fora feita muito tempo antes. O que muda no final do século XVIII, é um certo clima intelectual: a partir de então exige-se dos historiadores que eles utilizem os resultados das pesquisas dos antiquários, ou

---

<sup>28</sup> Ibid., p. 121.

que eles mesmos se façam antiquários. A história deixa de ser uma literatura para se tornar uma ciência<sup>29</sup>

O compromisso com a crítica documental cumpre apenas uma das faces da concepção moderna de história. Ela é tão importante para a sua definição científica que o próprio historiador deveria “se fazer antiquário”. Esta exigência, entretanto, não elimina uma outra: a composição de uma narrativa. Nesta forma narrativa a história se define enquanto distinta de uma coleção de documentos, pois se torna preciso identificar um fio condutor, um enredo para organizá-la. Isto implica, entre outras coisas, em conciliar a tendência ao detalhe representada pelo antiquário com uma visão de conjunto.

Na sua avaliação de Varnhagen, Capistrano deixa transparecer a impressão de que aquele teria se limitado ao papel de antiquário, alguém que foi capaz de estabelecer e datar documentos, mas sem dar aos fatos uma explicação convincente, sem organizá-los num enredo. No *Necrológio*, esta objeção aparece nos parágrafos finais, feita em tom de lamento, após tecer diversos elogios ao Visconde de Porto Seguro:

“Ele poderia escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, nada deixar que fazer a seus sucessores no terreno dos fatos: compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com fatos mais amplos e radicais de que dimanam; generalizar as ações e formular-lhes teoria; representá-los como conseqüências e demonstração de duas ou três leis basilares, não consegui nem consegui-lo-ia. Fa-lo-á alguém? Esperamos que sim”<sup>30</sup>

No parágrafo, além da consideração de Varnhagen mais como “antiquário” do que como historiador, está implícito um desejo: “elevar o edifício” iniciado pelo Visconde de Porto Seguro. Que esta meta seja parte do projeto intelectual do próprio Capistrano, é algo que fica claro em sua correspondência. E que esteja declarada nas entrelinhas deste parágrafo do *Necrológio*, é algo que podemos

<sup>29</sup> “Voilà qui est très important. En somme, la recherche historique a été pratiqué, dès siècles durant, sans affecter serieusement la façon d’écrire l’histoire, les deux activités restant étrangères l’une à l’autre, parfois dans l’esprit d’un même homme. Il est donc impossible de dire que l’historiographie serait née de la découverte de la critique historique, puisque cette découverte était chose faite, et depuis longtemps. Ce qui change à la fin du XVIIIe siècle, c’est un certain climat intellectuel: on exige désormais des historiens qu’ils utilisent le résultats des recherches des antiquaires, ou qu’ils se fassent antiquaires eux-mêmes. L’histoire cesse d’être une littérature pour devenir une science”

HUPPERT, G., *L’idée de l’histoire parfaite*, p. 7.

<sup>30</sup> ABREU, J.C., “Necrológio...”, Op.Cit., p. 90.

imaginar. É como se Capistrano estivesse propondo ser ele próprio o enigmático “alguém” de sua interrogação.

Quando muito, o Visconde de Porto Seguro teria reunido elementos, mas não fizera *ciência*. Esta é uma das observações decisivas do texto de 1878 e alude a uma deficiência de seu antecessor que poderia ser superada por algum contemporâneo que se empoleirasse aos ombros da estátua de Varnhagen, e que “iniciado no movimento do pensar contemporâneo, conhecedor dos métodos novos e dos instrumentos poderosos que a ciência põe à disposição de seus adeptos eleve o edifício, cujos elementos reuniu o Visconde de Porto Seguro”.<sup>31</sup> A chave para a formulação de um enredo para a narrativa estava, então, ligada à habilidade intelectual de manejar os instrumentos postos à disposição pela ciência da época.

Nas observações críticas de Capistrano de Abreu está a face da história ausente em Varnhagen. Apenas alguém que dominasse um instrumental científico seria capaz de superar o Visconde de Porto Seguro. Ao lado do pesquisador deveria estar o narrador capaz de articular um enredo para os fatos. Dominada a tecnologia do método histórico, capaz de atingir a verdade e separá-la do erro, ficava faltando ainda esta outra dimensão explicativa que tinha que ser buscada à ciência da época.

O problema que Capistrano constatara em Varnhagen assemelha-se de alguma forma àquele, que anos mais tarde, seria expresso por Marc Bloch em texto sobre o alcance do avanço metodológico da historiografia no século XIX:

“A obra do século XIX foi experimentar o método de investigação da história como instrumento de trabalho: o método crítico foi levado, creio, ao seu ponto de perfeição. E ainda fez mais progressos depois de Fustel. Mas o historiador parece-se com um biólogo que tivesse um microscópio excelente mas não soubesse a que o aplicar”.<sup>32</sup>

O microscópio da crítica histórica perderia o sentido se aplicado a todos os objetos indistintamente, quase que com um fim em si mesmo. Isso tornaria o historiador insensível a uma visão de conjunto, porque excessivamente preso ao detalhe, e a história por ele escrita aparentada a uma crônica. Para evitá-lo, o historiador moderno teria que pautar seu trabalho não apenas pela crítica documental, mas

---

<sup>31</sup> Ibid., p. 90.

pela construção de uma narrativa capaz de discernir um enredo que articulasse o material empírico garimpado pelo pesquisador.

Na época em que Capistrano escreveu o *Necrológio*, é evidente sua convicção de que a sociologia seria uma ferramenta indispensável tanto para o pesquisador como para o narrador. É o instrumental que faltara a Varnhagen:

“É pena que ignorasse ou desdenhasse o corpo de doutrinas criadoras que nos últimos anos se constituíram em ciência sob o nome de sociologia. Sem esse facho luminoso, ele não podia ver o modo por que se elabora a vida social. Sem ele as relações que ligam os momentos sucessivos da vida de um povo não podiam desenhar-se em seu espírito de modo a esclarecer as diferentes feições e fatores reciprocamente”<sup>33</sup>

Ora, o que Varnhagen não conseguira fazer é precisamente o que Capistrano pretendia realizar a partir da ferramenta teórica fornecida pela sociologia. É ela que possibilita não mais o simples estabelecimento da autenticidade do documentos, mas sua leitura sociologicamente orientada. Esta é que sensibiliza o pesquisador a discernir “os momentos sucessivos da vida de um povo” e, ao mesmo tempo, transforma-o em um narrador com capacidade explicativa. Esta é, por assim dizer, a passagem que Varnhagen não fizera. Trata-se de uma crítica que Capistrano estende também aos letrados do IHGB, o que ajuda a corroborar a impressão de que o próprio historiador pretendia ser o arquiteto de uma nova *História Geral*. Dos sócios daquela instituição,

“nenhum...será capaz de escrever uma história do Brasil. O motivo é este: cada século exige certas qualidades especiais de quem o estuda. O século XVI exige aptidões que, no século XVII são dispensáveis. O século XVIII, por seu lado põe em jogo faculdades novas. Ora, no Instituto Histórico, todos os que se entregam às investigações, têm aptidões para estudar principalmente a história contemporânea, e são insensíveis à nossa história primitiva”<sup>34</sup>

No Instituto Histórico, Capistrano não vê quem possa ser um historiador no sentido moderno, “apenas Cândido Mendes destoou”. Falta o instrumental científico da sociologia que aproxima o leitor crítico da documentação, que já não é mais um antiquário ou um colecionador de documentos, do narrador. É como se

<sup>32</sup> BLOCH, M., *História e historiadores*, p. 20.

<sup>33</sup> ABREU, J.C., “Necrológio...”, Op.Cit., p. 90.

<sup>34</sup> Id., “Sobre o Visconde...”, Op. Cit., p. 136.

não houvesse, para Capistrano de Abreu, separação entre o pesquisador e o narrador. Eles agem ao mesmo tempo no próprio ato da leitura dos documentos.

Tentarei demonstrar adiante como estas duas dimensões operam simultaneamente, esmaecendo a idéia de duas etapas separadas, a crítica primeiro e a narrativa depois. Os estudos críticos de Capistrano – seus prefácios, o próprio *Necrológio* – não fazem a separação material clássica entre o volume de crítica e notas e o da narrativa. As duas vezes estão sempre presentes, embora por vezes uma seja preponderante sobre a outra.

Em “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Capistrano volta a tocar nos problemas da forma narrativa de Varnhagen. No “Necrológio”, ele apontara a ausência da ferramenta sociológica. No texto seguinte, avalia o impacto desta falta:

“Na distribuição das matérias, quase nunca tomou como chefe de classe um acontecimento importante, mas fatos muitas vezes inferiores, demissões de governadores, tratados feitos na Europa, mortes de reis, etc. Fora injusto negar que ocasionalmente tivera razão: é sabido que, principalmente no século passado [XVIII], da atitude que assumiu Portugal com seus mais poderosos vizinhos, dependiam no Brasil consequência de não somenos valor”<sup>35</sup>

Neste mesmo texto, Capistrano faz uma periodização da história Pátria, distinguindo períodos com critérios bem diversos dos que Varnhagen utilizara para sua *História Geral*. A discordância do cearense se detém nesta passagem à forma em que resultou a narrativa de seu antecessor. Ele não faz, como deveria, uma narrativa propriamente historiográfica, uma divisão satisfatória em períodos. Como vimos, o “desdém” ou a “ignorância” em relação à sociologia, era um elemento de diferença decisiva que tinha consequências no texto de Varnhagen. Para Capistrano, deve-se frisar, a falta de uma ferramenta como a sociologia tornava o acesso à realidade por demais lacunar ou inconsistente, e a narrativa sem organização que não a própria sucessão cronológica. A dificuldade primordial vem de uma certa falta de preparo que o Visconde de Porto Seguro, na visão de Capistrano, teria para ler os documentos e dele extrair conclusões pertinentes.<sup>36</sup>

<sup>35</sup> *Ibid.*, p. 140.

<sup>36</sup> Numa carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo [09/03/1911], alguns anos depois de ter anotado o livro de Varnhagen, afirmou: “Varnhagen era incapaz de inventar documentos, mas lia-os tão mal! Muitas vezes concluo de modo diferente dele; noutras noto que ele deixa o

Por tudo isso, afirmaria em outra passagem possuir a *História Geral* “muito de crônica”.<sup>37</sup>

Quando dissemos anteriormente (p.30) que Capistrano talvez não concordasse com o enredo atribuído por Varnhagen à História do Brasil, é porque pretendia, entre outras coisas, desviar o foco para o sertão, tornado centrais os temas do povoamento e da formação da população e do sentimento nacional. O fato de que na “distribuição das matérias”, o Visconde de Porto Seguro tomara como carro-chefe acontecimentos como demissão de governadores e tratados feitos na Europa, apenas sinaliza para o que pode ser um outro enredo buscado por Capistrano, a que teremos que voltar em outra parte do trabalho.

Ao se empoleirar nos ombros da estátua de Varnhagen, dizíamos, Capistrano o faz tomando a obra de seu antecessor como objeto de crítica, tendo uma atitude que se aproximaria a de um Fustel de Coulanges, segundo Marc Bloch: “A ciência – ninguém sentiu isso mais fortemente do que Fustel – edificase por aproximações sucessivas; e se todo o cientista deve buscar ponto de apoio na obra de seus antecessores, o seu primeiro dever em relação a ela é não a tomar por um dogma”.<sup>38</sup> Capistrano fez exatamente isso, não concebendo a obra do Visconde de Porto Seguro como dogma, mas tendo diante dela uma atitude crítica.

Ele contraria assim uma profecia do próprio Visconde de Porto Seguro, que escreveu no prefácio da primeira edição de sua *História Geral* sobre o que chamou de “historiadores parciais”: “estes, ao ter presente este todo [a História Geral do Brasil] o avaliarão com justeza; e quase ousamos dizer que quantos mais defeitos lhes achem...quanto mais o estudem, mais apreciarão o serviço preparatório que aqui lhes oferecemos...dia virá em que a seu turno os seus trabalhos serão devidamente contemplados na História Geral”.<sup>39</sup> É como se o Visconde de Porto Seguro reivindicasse para si uma autoridade sobre o passado colonial de forma semelhante à que faria um autor que partilhasse de aspectos da concepção antiga da história. “Um historiador antigo”, escreve Paul Veyne, “não

---

substantial para se apegar ao acessório....A culpa é do Instituto. Ele pretendia escrever não uma história, mas uma geografia do Brasil”, in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 2, p. 84.

<sup>37</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 138.

<sup>38</sup> BLOCH, M., “Fustel de Coulanges, historiador das origens francesas” in *História e Historiadores*, Op.Cit., p. 249.

coloca notas de rodapé. Quer faça pesquisas originais, ou trabalhe de segunda mão, ele quer que se acredite em sua palavra”.<sup>40</sup> Neste caso, a autoridade é garantida pela tradição, que se apresenta como texto. O que está subentendido no prefácio de Varnhagen é que mesmo aqueles sucessores que o criticassem, o fariam apenas para retificá-lo e corrigi-lo pontualmente. E suas histórias particulares estariam devidamente absorvidas pela História Geral, complementando-a.

Capistrano, já em “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, anotava que a obra de Varnhagen, daqui a séculos, “será lida, porém por profissionais, que a consultarão como um dicionário de arcaísmos, como um Glossário de Santa Rosa de Viterbo: o povo só o conhecerá de tradição. Ele não pensava assim, escusamos acrescentar”.<sup>41</sup> Nos anos em que se dedicaria a anotar a *História Geral* sua impressão de Varnhagen se tornaria mais negativa. A admiração que nutria pela face do pesquisador do “trabalhador possante, do explorador infatigável que muitas vezes surgia exausto e ensangüentado, trazendo nas mãos pérolas e corais”,<sup>42</sup> aos pouco era também colocada em questão. Para percebê-lo, basta seguir a correspondência com seus amigos. Um exemplo, não exclusivo, aparece em carta ao Barão do Rio Branco:

“Ainda não pude verificar onde Varnhagen colheu os esclarecimentos a respeito do assalto inglês na Bahia. Não figuram na primeira edição. Provavelmente encontrou os documentos em Simancas, onde deveriam estar, se ele não os tirou, porque hoje cheguei à desoladora convicção de que o nosso ilustre historiador roubava papéis”.<sup>43</sup>

Outro tópico presente no prefácio de Varnhagen é o da relação entre as histórias parciais e a História geral. Ela tem desdobramentos com respeito à escrita de uma nacional que serão analisados, mas aqui nos interessa destacar a idéia recorrente no século XIX da história como um edifício a ser construído sobre uma sólida base documental.<sup>44</sup> Ainda que não se confunda com uma coleção de documentos,

<sup>39</sup> VARNHAGEN, F.A., *História Geral do Brasil*, 3ª edição, anotada por Capistrano de Abreu, v.1, p. xxiv

<sup>40</sup> VEYNE, P., “quando a verdade histórica era tradição e vulgata” in *Acreditavam os gregos em seus mitos?*, p. 15

<sup>41</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 145.

<sup>42</sup> Id., “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”, Op.Cit., p. 88.

<sup>43</sup> Carta ao Barão do Rio Branco [30/03/1887], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 1, Op.Cit., p. 111.

<sup>44</sup> ANTONI, C., *L'historisme*.



é parte constitutiva da prática historiadora, no século XIX, a acumulação de informação a partir da crítica documental numa escala tão avassaladora que tendia a cobrir uma “história total”. As histórias parciais são vistas como etapas necessárias para a articulação de um enredo mais generalizante, ou, na fórmula de Koselleck, um *singular coletivo*<sup>45</sup>.

É nesse sentido de uma acumulação a partir do particular como condição para o estabelecimento do geral, que se pode entender o obstáculo que representava para Capistrano a ausência de uma documentação organizada e arquivada sobre a História do Brasil. Sem ela, não seria possível realizar o sonho - manifestado em correspondência e nas entrelinhas dos textos sobre Varnhagen - de escrever a História do Brasil. Na denominação de “Sobre o Visconde Seguro”, o dilema aparece na dicotomia entre “monografia” e “história geral”. As histórias das diferentes províncias ou de temas esparsos, isoladamente, são consideradas inferiores a uma história “seguida e completa”. A possibilidade de juntar histórias particulares em um *singular coletivo*, passava, naturalmente, pelo desenvolvimento das “monografias”.

O estado do conhecimento histórico no Brasil, tal como visto por Capistrano no início dos anos 80, devia muitos de seus progressos a Varnhagen. Entretanto, como acrescenta o cearense, “Varnhagen achou-se exatamente na situação descrita por Alexandre Herculano - teve de fazer quase tudo, e para tanto não são as forças do indivíduo”.<sup>46</sup> Trata-se, portanto, de um problema para a ciência de seu tempo resolver. A dimensão documental encontrava-se em situação precária. Por isso, afirma que depois de Varnhagen “a História do Brasil não será escrita tão cedo; e pensamos até mais, que ela não deve ser escrita senão daqui a muitos anos. Agora o que se precisa é de monografias conscienciosas”.<sup>47</sup> Aqui, vemos novamente a dupla dimensão do conceito moderno de história. As pesquisas pontuais podem e devem estar presentes para aquele que for tentar construir uma narrativa capaz de reunir os fatos particulares num *singular coletivo*. Ligar num todo coerente uma seqüência de acontecimentos é uma das funções da estrutura narrativa da historiografia moderna.

---

<sup>45</sup> KOSELLECK, R., “Le concept d’histoire” [1975] in *L’expérience de l’histoire*.

<sup>46</sup> ABREU, C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 139.

<sup>47</sup> Ibid., p. 139.

A avaliação crítica que Capistrano de Abreu faz de Varnhagen nos dois textos que sobre ele escreveu, pode ser pensada como um aspecto particular de uma atitude comum da geração a que pertencia. Da auto-imagem desta geração fazia parte, entre outros elementos, a idéia da atividade crítica como uma missão para contribuir para a construção da nacionalidade.<sup>48</sup> Vimos no início desta parte o valor atribuído por Capistrano ao conhecimento da História. A sua maneira particular de exercer a crítica foi dedicar-se à história. Nas polêmicas que trava em diferentes momentos da vida, é o nome da história que evoca para defender seu ponto de vista sobre a formação da sociedade brasileira.

Num período em que os jovens intelectuais desafiavam o mecenato do Estado, buscando outras formas de inserção - que eram bem frágeis, por sinal, num país que não se ganhava o suficiente para o sustento com a atividade intelectual - tentavam também constituir laços de identidade em relação ao trabalho intelectual. Nesse particular, a ciência passou a ser o guia, um dos critérios da auto-imagem da geração da qual Capistrano de Abreu fazia parte.

É com confiança nos progressos de sua ciência eleita que o jovem historiador, então com 29 anos, assinala ao fim de sua avaliação sobre o Visconde de Porto Seguro: “Quando todos estes trabalhos estiverem terminados; quando outros muitos se lhes tiverem reunidos; quando um espírito superior insuflar vida e movimento na massa informe, Varnhagen descerá de seu pedestal”.<sup>49</sup> Para que ele descesse de seu pedestal, entretanto, muito havia o que reunir em documentação, materiais etnográficos, arqueológicos, literários, geográficos. E também as novas revelações sobre as respectivas histórias provinciais que os estudiosos “parciais” contemporâneos de Capistrano iam compilando.

Uma das atividades que mais mobilizou o historiador de Maranguape foi a busca de informações acerca de documentos que pudessem esclarecer algum ponto obscuro da história Pátria, e, talvez mais, que lhe pudessem renovar a fisionomia. Os insistentes pedidos de Capistrano para seus amigos acerca de documentos, faz com que possamos afirmar que o próprio historiador se transforma em “antiquário”, mas num sentido complementar e não contraditório ao do narrador.

---

<sup>48</sup> VENTURA, R., *Estilo tropical, história cultural e polêmicas literárias no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; SEVCENKO, N., *Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na primeira República*.

Com sua busca incessante pela documentação acerca da História do Brasil, o historiador cearense continuava, de alguma forma, o trabalho de gerações precedentes. Pois Capistrano conhecia bem os esforços de antecessores do vulto de Varnhagen, João Francisco Lisboa e Gonçalves Dias, entre outros, sob os auspícios do IHGB, para recolher documentação relativa ao Brasil em arquivos nacionais e estrangeiros. Se, por um lado, ele continuava uma tradição oriunda daquele instituto fazia, ao mesmo tempo, uma avaliação que apontava a necessidade de rever os critérios críticos adotados naquela oportunidade.

Numa carta a Lino Assunção, Capistrano comenta a atividade exercida por seus antecessores:

“A Torre do Tombo já foi investigada por Drummond e Varnhagen em 1840 e tantos, por Gonçalves Dias e Lisboa posteriormente. Segundo Varnhagen pouco se pode colher de novo, - o que era talvez verdade quando o caos ali dominava, mas o que talvez não seja mais exato atualmente. Incluo uma lista, - a mais completa que pude organizar, - dos documentos extraídos da Torre do Tombo e que aqui existem para veres o que há de novo por lá ainda não conhecido aqui, - somente quanto ao século XVI, porque é do que me ocupo especialmente por ora...Na mesma Torre do Tombo mais tarde pedir-te-ei para fazeres umas verificações relativas às donatarias primitivas. Varnhagen neste ponto fez uma revolução, e hoje todas as histórias do Brasil reproduzem-no servilmente. Não sei porque, mas tenho minhas dúvidas que ele seja exato...”<sup>50</sup>

Nesta carta a Lino Assunção, vemos que Capistrano não apenas busca descobrir inéditos nos arquivos da Torre do Tombo como também verificar a exatidão com que foram extraídos e publicados os documentos daquele arquivo sobre o Brasil. A dúvida de Capistrano é recorrente e reaparece na correspondência com Lino Assunção: “Incluo uma carta de Diogo Leite, existente na Torre do Tombo, e peço-te que a confrontes. Foi publicada por Varnhagen, mas os documentos impressos sobre a história do Brasil têm-no sido geralmente tão mal que não tenho confiança em nenhum”.<sup>51</sup>

Durante quase oito anos, entre 1885 e 1893, Capistrano recorreria a Lino Assunção para esclarecer dúvidas acerca da documentação existente nos arquivos portugueses, principalmente na Torre do Tombo. O conhecimento do trabalho de seus antecessores é que fez com que Capistrano formulasse um “mapa mental” dos arquivos que poderiam conter documentos relevantes para a História do Brasil

<sup>49</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 147.

<sup>50</sup> Carta a Lino Assunção [12/03/1885], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, Op.Cit., vol. 3, p. 306-7

<sup>51</sup> Carta a Lino Assunção [5/06/1886], *ibid*, p. 335.

e, em especial, que respondessem às questões que começavam a se formular com clareza em seu pensamento.

A articulação entre seu projeto intelectual e a constituição de um corpo documental capaz de responder às questões levantadas pelo historiador cearense exigirá o retorno à correspondência com Lino Assunção.

## 1.2

### **A gestão de um projeto intelectual e a constituição de um corpo documental para a história Pátria**

Em livro publicado em 1968, José Honório Rodrigues recupera a inauguração do IHGB como momento fundador da pesquisa histórica no Brasil.<sup>52</sup> Nos estatutos do Instituto “fixava-se claramente que o principal fim e objetivo do Instituto era coligir, metodizar e publicar ou arquivar os documentos necessários para a história e a geografia do Império do Brasil”.<sup>53</sup>

A fundação do IHGB pode ser considerada uma inflexão no sentido de que com ele começava um processo intensivo de conhecimento e domínio do território herdado pelo Império do Brasil. Na proposta de criação do Instituto, redigida pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos e pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa, constatava-se “a falta de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à história e à geografia do Império, tão difícil por falta de um tomo ou prontuário de que se possam aproveitar os nossos escritores”.<sup>54</sup>

A fundação do Instituto pode ser vista também como uma manifestação de que a elite letrada dos consolidadores do Império do Brasil reconhecia a exigência de conhecer o país para governá-lo.<sup>55</sup> A tarefa de constituir a história e a geografia do Império talvez encontre em Varnhagen o seu principal expoente. Opinião que Capistrano emitiu em seus textos sobre o Visconde de Porto Seguro, embora, como argumentamos, não sem uma perspectiva crítica.

<sup>52</sup> RODRIGUES, J.H., *A pesquisa histórica no Brasil*, 4ª edição, p. 37 et. seq.

<sup>53</sup> *Ibid.*, p. 37.

<sup>54</sup> Apud RODRIGUES, J.H., *Op.Cit*, p. 38.

<sup>55</sup> A historiografia do IHGB visava “a produzir uma homonegeização da visão de Brasil no interior das elites letradas brasileiras”, GUIMARÃES, M.L.S., “Nação e Civilização nos Trópicos. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” in *Estudos Históricos*, 1, p. 6.

Varnhagen foi eleito sócio correspondente do IHGB em 1840 e neste mesmo ano ofereceu à instituição vários manuscritos copiados em Portugal.<sup>56</sup> Ele iniciou suas pesquisas pelos arquivos paulistas: o da Câmara de São Vicente, em Santos, e o Arquivo da Câmara Municipal em São Paulo. Neste último “encontra os mais antigos documentos brasileiros, como o caderno das vereanças da extinta Vila de Santo André (1555-58), das vereanças de São Paulo (1573-77) e roteiros de sertanistas”.<sup>57</sup> A partir de 1842, já nomeado adido em Lisboa, pesquisa pessoalmente nos arquivos portugueses e europeus. Em 1847, transferido para a Espanha, continua se dedicando à pesquisa de documentos relativos à questões de fronteira, encarregado pelo Governo Imperial aos 17/03/1846.

“Esteve em Sevilha no Arquivo Geral das Índias, em Simancas e em Madrid, na Biblioteca do Escorial, na Biblioteca do Palácio Real, na de Santo Isidoro, na Pública, na da Real Academia de la Historia e no Depósito Hidrográfico. Para ele era Simancas e não Sevilha o paradeiro dos mais importantes papéis acerca de nossos limites com a antiga América Espanhola, sobretudo os ilustrativos dos trabalhos de 1750 a 1777”<sup>58</sup>

Capistrano conhecia bem as peregrinações de Varnhagen pelos arquivos europeus, como atestam o “Necrológio” e “Sobre o Visconde de Porto Seguro”. No primeiro, observara que

“Em Madrid...possui-o o mesmo espírito febril, e a idéia, que se tornara fixa, da história Pátria. Em Simancas, como em Sevilha, na Biblioteca Columbiana, como na do Escorial, colige a messe opulenta que ninguém ainda teve tão completa, e, quando enfim saiu à luz a sua *História*, podia gabar-se de que um só fato não existia que não tivesse pessoalmente examinado, ao passo que os fatos materiais por ele descobertos, ou retificados, igualavam, se não excediam, aos que todos os seus predecessores tinham aduzido”<sup>59</sup>

No que se refere à pesquisa documental, Capistrano mantém o tom elogioso e admirador pelo Visconde de Porto Seguro. Por onde passara, deixara a marca de sua presença:

“Do Paraguai traz as obras de Montoya...No Chile discute os diários de Colombo e procura fixar a posição verdadeira de Guanaani. No Peru, em Venezuela, em Cuba, como em São Petesburgo, Estocolmo e Rio de Janeiro, em

<sup>56</sup> RODRIGUES, J.H., Op.Cit., p. 44.

<sup>57</sup> Ibid., p. 44.

<sup>58</sup> Ibid., p. 46.

<sup>59</sup> ABREU, J.C., “Necrológio...”, Op.Cit., p. 84-5.

todos os lugares que habita, ou atravessa, levado pelos deveres de diplomata ou capricho de *touriste*, principalmente em Viena...deixa traços fulgurantes de sua passagem em páginas inspiradas pelo amor ao futuro da Pátria e dominados pela preocupação constante de seu passado”<sup>60</sup>

Tornar conhecido o território do Império e resolver as questões dos limites são, talvez, as principais motivações das missões diplomáticas de Varnhagen e do IHGB.<sup>61</sup> Elas levaram o Estado Imperial a financiar as viagens dos funcionários do Instituto para recolher a documentação existente nos diversos arquivos europeus sobre o Brasil.

Capistrano retornaria às expedições de Varnhagen aos arquivos portugueses em “Sobre o Visconde de Porto Seguro”:

“Ajunte-se que os arquivos portugueses ainda não haviam sido explorados. Cada dia apareciam-lhe novidades, amontoavam-se descobertas. Mesmo em outra pessoa que não tivesse grande pendor para as investigações históricas, essa série de felizes achados bastaria para determiná-lo. Os achados de Varnhagen foram consideráveis, sobretudo quanto ao primeiro século da nossa história”<sup>62</sup>

O historiador cearense segue enumerando algumas das descobertas feitas pelo autor da *História Geral* sobre o século XVI, como o *Diário da Navegação* de Pero Lopes e o *Livro da Nau Bretoa* bem como a edição do *Tratado da Terra do Brasil* de Gabriel Soares, da *Narrativa Epistolar*, de Fernão Cardim, a *Enformação do Brasil*, “obra anônima que Cândido Mendes demonstrou pertencer a Anchieta” e cartas avulsas de Duarte Coelho, Duarte de Lemos, Jerônimo Albuquerque entre outros.<sup>63</sup>

O esforço empreendido por Varnhagen e por outros membros do IHGB revelara a disposição de tornar conhecido – ao menos da elite letrada - o Império e seu território. A constituição de uma biblioteca com mapas e documentos se tornava uma consequência daquela disposição. Centralizada pelo IHGB, ela deveria conter os papéis, os documentos que legitimassem uma nacionalidade

<sup>60</sup> Ibid., p. 85.

<sup>61</sup> Cf. RODRIGUES, J.H., *A pesquisa histórica no Brasil*, Op.Cit., pp. 38-82, onde o autor menciona diversas missões diplomáticas (Varnhagen, Gonçalves Dias, João Francisco Lisboa, Duarte da Ponte Ribeiro, Paulino José Soares de Souza, Pimenta Bueno, Joaquim Caetano da Silva, entre outros) com o intuito de recolher a documentação existente sobre o Império e em que sobressaem aspectos ligados à questão de seus limites territoriais.

<sup>62</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde...”, Op.Cit., p. 133.

<sup>63</sup> Ibid., p. 134.

nascente. Objetivo semelhante era expresso em trechos do “Prólogo do Tradutor” ao *Dicionário geográfico, histórico e descritivo do Império do Brasil*, de Milliet de Saint-Adolphe, de 1845: “...Era mister, e o interesse do Brasil estava imperiosamente reclamando, que saísse à luz uma obra que encerrasse, não já uma notícia sucinta desta ou daquela província, desta ou daquela outra cidade ou vila, mas sim uma discrição geral e circunstanciada de todo o Império”.<sup>64</sup>

Expressa nos projetos do IHGB, que ecoa na citação acima, estava a pretensão de organizar toda a documentação disponível sobre o Império do Brasil para erigir uma narrativa histórica e geográfica capaz de articular as suas diferentes partes numa totalidade, poderíamos dizer, numa *História Geral*.

Alguma coisa daquele plano permanece em Capistrano de Abreu. Por seus textos sobre Varnhagen, vemos que o historiador cearense tem consciência de que suas pesquisas poderiam contribuir para juntar mais pedras para a construção do edifício iniciada pelo Visconde de Porto Seguro e pelo IHGB. Sem dúvida, há aspectos de continuidade em relação aos seus antecessores.

Quando o historiador Capistrano de Abreu realiza suas pesquisas e procura recolher documentação sobre a História do Brasil estabelece, de alguma forma, uma relação entre seu projeto de investigação e a constituição de uma bibliografia capaz de responder às suas questões. Importa notar que a coleta de dados a ser empreendida é uma atividade interessada. Ao desejar estabelecer um novo padrão narrativo da História do Brasil, Capistrano de Abreu procura conjugar numa narrativa os diversos documentos que recolhe. Ao fazê-lo, como frisamos, dialoga com uma tradição que lhe antecede, embora procure constituir novas seções de uma obra coletiva: o arquivo da história Pátria.

Ao escrevermos *arquivo* da história Pátria, pensamos na própria condição de possibilidade do surgimento de um novo padrão narrativo projetado por Capistrano de Abreu. Foi o filósofo Michel Foucault quem escreveu a seguinte definição de *arquivo*:

“Arquivo é, de início, a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é também o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma multidão amorfa...mas que se grupem em figuras

<sup>64</sup> Apud MATTOS, I.R., *O tempo saquarema. A formação do Estado Imperial*, 3ª edição, p. 10-1.

distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas”<sup>65</sup>

Esta definição tem a vantagem de permitir um alcance que não teríamos se apenas pensássemos na materialidade de edifícios e documentos. Quando Foucault define o *arquivo* como condição de possibilidade daquilo que pode ser dito, devemos pensar na probabilidade de um acontecimento se transformar em enunciado. Assim, “o arquivo não é o que protege...o acontecimento do enunciado e conserva, para as memórias futuras, seu estado civil de foragido; é o que, na raiz mesma do enunciado-acontecimento...define desde o início o sistema de sua enunciabilidade”.<sup>66</sup>

Quando Capistrano confidenciou ao Barão do Rio Branco, em carta citada acima (p. 36), que chegara a conclusão de que Varnhagen “roubava papéis” manifestara a preocupação de que sem a documentação seria impossível escrever a História do Brasil. Não é por outro motivo que Capistrano se tornou quase que um especialista nos arquivos estrangeiros, em especial naquilo que continham sobre a História do Brasil colonial. No seu proceder de pesquisador, ele constitui um corpo documental. Não se trata, para usar as palavras de Foucault, de uma “multidão amorfa”, mas de uma acumulação que obedece a regras determinadas. No caso, o inquérito de Capistrano acerca da história Pátria.

É preciso demonstrar como em sua prática de pesquisador, está subentendida uma dimensão narrativa articulada a seu projeto de escrever a História do Brasil. Nesse sentido, os tópicos ou temáticas por ele abordados têm sempre em vista a articulação de uma estrutura narrativa que busca a confluência entre o particular e o universal, ao mesmo tempo que apresenta um fio condutor ou o enredo da formação de uma nacionalidade. À medida que recolhe documentos, escreve prefácios e compartilha anseios e convicções com seus contemporâneos através da correspondência, o historiador cearense deixa pistas para que possamos perceber as características de seu projeto intelectual.

A própria história resulta de um esforço coletivo e especializado que revele com minúcias o particular como meio para a constituição de proposições gerais. Quando escreve, em 1882, sobre os progressos dos estudos históricos,

<sup>65</sup> FOUCAULT, M., *Arqueologia do saber*, p. 161.

<sup>66</sup> *Ibid.*



Capistrano faz referência aos vários “fios multicoloridos”<sup>67</sup> a partir dos quais se poderia tecer uma história do Brasil:

“Os estudos históricos vão adiantados. O Catálogo da Exposição de História é uma contribuição enorme; os trabalhos de Batista Caetano assentam os estudos lingüísticos num terreno científico; Barbosa Rodrigues, José Veríssimo e Serra, tentam penetrar a alma do indígena e arrancar o segredo de sua organização; Hartt lança, antes de morrer, as bases da arqueologia brasileira; Rodrigues Peixoto, ajudado por Lacerda, funda a Antropologia; Macedo Soares e Sívio Romero desfibraram na raça atual a origem dos fatores ainda desconhecidos; Araripe Júnior investiga as origens de nossa literatura”<sup>68</sup>

As contribuições dos diversos campos do conhecimento seriam os “fios multicoloridos” a partir dos quais se poderia estruturar um *singular coletivo*, uma história do Brasil capaz de fazer Varnhagen, enfim, descer de seu pedestal. A ela se agregariam não apenas as pesquisas de outras ciências, mas também as histórias das províncias e a literatura.

O arquivo aparece, então, não apenas como uma coleção de textos, mas como condição de possibilidade de um conhecimento capaz de esquadrihar os mais diversos aspectos da realidade cuja síntese torna-se possível através de uma estrutura narrativa. É evidente que este arquivo não pode deixar de ser uma manifestação de um poder - o de nomear e o de qualificar - e, ao mesmo tempo, do poder constituído. Isso torna a tarefa do historiador tanto mais relevante quanto ele consiga se desvencilhar deste último e despertar a “história dormida da nação”, para recuperar uma definição de arquivo dada por Joaquim Manuel de Macedo. Cabe ao historiador despertar a História e seus agentes.

Em um belo parágrafo de suas lições sobre o historiador Jules Michelet, Lucien Febvre critica o comportamento dos profissionais de História da geração de 1870 a 1890, a “geração de *umiliati*”, que viveu a derrota da guerra franco-prussiana. Eles trabalharam, afirmava Febvre, para “apequenar a História”. Isto porque comportavam-se não como poetas, mas como guardiães:

“Eles se envaidecem de método, de documentação, de objetividade. Não esquecem senão de uma coisa - é que, para descobrir os arquivos, para reanimá-

<sup>67</sup> A imagem é usada por Lucien Febvre ao discorrer sobre a noção de “história total”. FEBVRE, L., *Michelet e a renascença*, p. 33.

<sup>68</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 146.

los, e explorá-los, seriam necessários poetas, e não guardiães. Em todos os depósitos de arquivos imperiais, reais e principescos, em todas as torres espessas onde a prudência dos príncipes encerrava dossiês que, para eles, tinham valor de conquista, em todos os depósitos com grades onde os grandes da terra abrigavam esta outra artilharia: seus títulos – havia guardas diligentes, meticolosos e severos que faziam, aos ratos uma caça inexorável...Mas para a História, o que sairia de lá? Michelet veio. E esse pequeno homem frágil...esse poeta...foi ele quem fez com que os arquivos reentrassem na vida; quem, primeiro, de papéis mortos, extraiu sangue quente e vivo”<sup>69</sup>

Neste parágrafo, Febvre recupera uma qualidade necessária ao historiador que o leitor de Capistrano de Abreu logo identifica. Para o historiador cearense, e nisso ele se aparenta a um Michelet, a história não se confunde com o encômio, com o elogio do poder constituído. Nesse sentido, podemos pensar não apenas na originalidade de um texto como o dos *Capítulos de História Colonial*, mas também na da intenção manifestada por Capistrano de fundar uma sociedade histórica alternativa ao Instituto Histórico. Em carta a Joaquim Macedo Soares, ele manifesta suas intenções:

“Estou tratando da fundação de uma sociedade histórica, menos pomposa e menos protegida que o Instituto Histórico, porém quero ver se mais efetiva. Há de intitular-se Clube Taques em honra a Taques Paes Leme, e deve ocupar-se quase que exclusivamente das bandeira e bandeirantes, caminhos antigos, meios de transporte e história econômica do Brasil”<sup>70</sup>

Os planos de Capistrano testemunham sobre sua concepção da história. Além de buscar temas diferentes dos predominantes até então na historiografia brasileira, o historiador indica novas possibilidades metodológicas e teóricas. Em vez da lógica do encômio, ele concebe a história como uma disciplina crítica e que pretende revelar não uma história de reis e generais, mas a da formação de um povo, de uma nova nação.

Capistrano, insistimos, está distante daquele tipo descrito por Lucien Febvre, do qual Michelet se diferenciava:

“Por muito tempo, durante séculos e séculos, o historiador não foi mais do que o fiel contador dos altos feitos do rei, do príncipe, do general vencedor e do ministro triunfante...a História não existia senão por eles. Só eles a faziam, só eles a ditavam. E o historiador, quando não estava lá para servir diretamente a

<sup>69</sup> FEBVRE, L., *Michelet e a renascença*, Op.Cit., p. 62.

<sup>70</sup> Carta a Joaquim Macedo Soares [1893], in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 3, p. 2.

uma operação precisa, tinha apenas um dever, celebrar, e uma palavra de ordem, agradar”<sup>71</sup>

Ao contrário, ao procurar elucidar os “caminhos antigos” do povoamento do Brasil Capistrano discerne a diversidade dos modos de vida de “cinco grupos etnográficos”, olhando menos para os poderosos e se preocupando com o povo, no sentido romântico da expressão, daqueles elementos que distinguem uma identidade própria do brasileiro. Seus personagens são com frequência, além dos colonizadores portugueses, bandeirantes, conquistadores, vaqueiros, mineiros, paulistas, pernambucanos, baianos, índios. Nos *Capítulos*, a síntese de suas reflexões acerca da história Pátria, a palavra povo parece derivar quase que naturalmente de população, povoadores e de povoado. Resultado da convivência forçada das “três raças irredutíveis” e de sua mestiçagem em “condições ambientes de cinco regiões diversas”.<sup>72</sup>

Neste ponto, podemos recorrer à noção de síntese. Se o trabalho do historiador não se confunde com a simples coleta de documentos é porque esta operação deve vir acompanhada de uma outra: a síntese. O que ocorre é uma articulação permanente entre estas duas dimensões. O pressuposto da existência de um enredo para a história Pátria é o que unifica o que de outro modo se limitaria a uma “coleção de documentos”. A idéia de elaborar uma síntese é o elo que permite fazer com que dos “papéis mortos”, o historiador consiga extrair o “sangue quente e vivo”.

É interessante, nesse sentido, acompanhar a correspondência de Capistrano de Abreu. Nela e nos prefácios que escreveu na importante década de 80 do século XIX, encontramos ocasião privilegiada para demonstrar como as dimensões do narrador (ou a da síntese) e do pesquisador operam simultaneamente no espírito do historiador cearense e, também, como são parte do projeto manifestado desde o fim da década de 70 de escrever a História do Brasil.

<sup>71</sup>FEBVRE, L., *Michelet e a renascença*, Op.Cit., p.85.

<sup>72</sup> Em carta ao historiador português João Lúcio de Azevedo [16/07/1920], comentando o livro deste último sobre os cristão novos em Portugal, anotou: “Nossos pontos de vista são inconciliáveis. Para você a reima semítica é o principal. A mim preocupa o povo, durante três séculos capado e recapado, sangrado e ressangrado”, in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, v. 2, p. 166.

Que esta história pudesse reunir elementos diferentes daqueles apresentados por Varnhagen e que devesse apresentar uma narrativa que mostrasse a “unidade dos três séculos que vivemos”,<sup>73</sup> era algo que Capistrano imaginara desde fins da década de 1870. É preciso indagar que elementos estão subentendidos numa possível estrutura narrativa imaginada por Capistrano para que possamos melhor compreender como a prática do pesquisador a supõe. Com isso, reafirmamos a proximidade de sua atuação com a de um historiador moderno, deixando para trás a impressão daquele que apenas procura descobrir novos fatos para preencher as lacunas deixadas por Varnhagen.

Capistrano de Abreu entrou para a Biblioteca Nacional por meio de um concurso público no ano de 1879, quatro anos depois de chegar ao Rio de Janeiro, onde seu primeiro emprego foi na Livraria Garnier<sup>74</sup>, encarregado de enviar notas aos jornais sobre os livros editados pela Casa. Com a entrada para a Biblioteca, talvez pudesse conseguir alguma estabilidade financeira numa época em que a atividade literária não fornecia o ganha pão a seus praticantes. Neste aspecto, Capistrano não se diferencia de seus contemporâneos.<sup>75</sup>

Seja como for, o ingresso na Biblioteca Nacional proporcionaria à sua atividade de pesquisador um lugar privilegiado de realização. Ali revelou-se o talento do pesquisador da história Pátria. Em meados dos anos 1880, fazia planos de editar documentos até então inéditos e livros que considerava indispensáveis para o esclarecimento de pontos desconhecidos da História do Brasil. Mais do que isso, entretanto, é importante destacar que as escolhas do pesquisador estavam orientadas por um pressuposto único: desvendar os processos de formação da nação.

A consciência que o historiador manifesta sobre a novidade de seu trabalho é partilhada com seus correspondentes. É interessante notar também

<sup>73</sup> ABREU, J.C., “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”, Op.Cit., p. 91.

O historiador cearense, ao buscar restituir uma unidade para a história do Brasil, partilha de concepções do conhecimento científico do século XIX. Mais uma vez, podemos recorrer a Lucien Febvre que anotou sobre Michelet: “A unidade e a vida, diz Michelet...A unidade da ciência à qual ele consagrava, em 1825, um notável discurso na distribuição de prêmios no Collège Sainte-Barbe; a unidade da Humanidade, essa grande preocupação da filosofia do século XVIII; a unidade da pessoa humana, enfim essa unidade que o historiador deve procurar refazer, reconstituir, e que, finalmente, não pode refazer ou reconstituir senão nele mesmo”, FEBVRE, L., *Michelet e a renascença*, Op.Cit., p. 125-6.

<sup>74</sup> FILHO, R.O., “A vida de Capistrano de Abreu” in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 221, 1953.

como Capistrano constrói sua auto-imagem como um “historiador moderno”. À medida que constrói esta imagem para si e seus contemporâneos, procura também convencer-se de que sua visão da história do Brasil abarca mais do que um projeto intelectual. É o próprio sentido de sua vida que está em jogo. O desejo de reconhecimento por seus pares ou pela sociedade da época passa, não há dúvida, pela afirmação de sua habilidade intelectual como historiador. O jovem vindo da província, busca afirmar-se na cidade que tinha preeminência cultural sobre o restante do país.<sup>76</sup>

O emprego na Biblioteca Nacional, dizíamos, permitiu ao jovem já então decidido a dedicar-se aos estudos históricos colocar em prática desejos manifestados pelo menos desde 1878, quando escreveu o *Necrológio* de Varnhagen. Ali aprofundou seus conhecimentos, adquiriu erudição e construiu para si o projeto de escrever uma nova história do Brasil. Continuava assim o processo de afirmação de uma identidade própria que tinha sempre como contrapartida o vulto de Varnhagen e que deveria culminar, em seus planos, com a figura petrificada do Visconde de Porto Seguro descendo de seu pedestal para ceder lugar ao “filho do norte”.<sup>77</sup>

Que livros e que documentos Capistrano procurou editar? Como esta escolha pode ser entendida? Vejamos o que dizem as cartas do historiador a seu amigo português Lino de Assunção, que muito o ajudou, e aquelas que, endereçadas ao Barão do Rio Branco na mesma época, reúnem elementos que consideramos importantes para responder as perguntas colocadas.

Estamos em meados de 1880 e Capistrano trabalha com afinco na edição de uma coleção intitulada *Materiais e achegas para a Geografia e a História do Brasil*, que deveria ter cinco volumes. A correspondência com Lino de Assunção nos permite recuperar com alguma exatidão as questões que Capistrano pretendia elucidar e os possíveis documentos que tratariam dos assuntos. Em carta

---

<sup>75</sup> NETO, A.L.M., *Estrutura social da república das letras. Sociologia da vida intelectual brasileira*.

<sup>76</sup> Escreve João do Rio: “todos os méritos literários que se revelam nos estados convergem sempre para aqui. O Rio no Brasil...como todas as capitais...é e será sempre a grande atração das intelectualidades provincianas”, Apud NETO, A.L.M., *Estrutura social...Op.Cit.*, p. 63.

<sup>77</sup> Expressão retirada de Maria Rosa Amoroso e Oscar Calávia Sãez: “Filhos do Norte: O indianismo em Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu”, in SILVA, A.L. e GRUPIONI, L.D.B. (org), *A temática indígena em sala de aula. Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*.

provavelmente do ano de 1885, o historiador cearense refere-se a um “ponto obscuro” da História do Brasil:

“os chamados conquistadores como Estevão Ribeiro Parente Bayão, Domingos Jorge Velho, Morais Navarro e outros. Os conquistadores são um prolongamento dos bandeirantes, mas distinguem-se deles de modo notável. Os bandeirantes tentavam as suas empresas por conta própria, os conquistadores faziam-nas por conta do governo, sob contratos e com certas garantias. Há uma obra que pelo tempo em que foi escrita deve conter a história destas expedições: *a Descrição da Bahia de Todos os Santos*, por Bernardo Vieira Ravasco”<sup>78</sup>

Nesta passagem vemos como estão presentes a preocupação em elucidar um ponto da História do Brasil pouco conhecido - problematizado pelo próprio historiador - e uma estrutura narrativa anterior, qual seja, o enredo da formação da nação. Pois os conquistadores são aqueles que se fixam na terra, ao contrário dos bandeirantes, cuja marca principal é a mobilidade. Que estes possam se transformar em conquistadores é uma hipótese admitida e, por isso mesmo, o historiador não os descarta de suas preocupações. Em outra carta ao mesmo Lino, ele anotou:

“Como sabes, um dos problemas capitais da história do Brasil é o estudo dos bandeirantes, no qual nada quase há feito ou antes de tudo está por fazer. Desde que me entrego a estudos históricos, é este assunto a que me tenho entregado com predileção. Descobri finalmente o meio de atacá-lo, que é estudar as estradas antigas”.<sup>79</sup>

Da preciosa correspondência com Lino de Assunção, muito podemos apreender sobre a dimensão do pesquisador em Capistrano e de como esta aparece articulada a um projeto intelectual que lhe é muito caro, o de escrever a História do Brasil. Já frisamos que ele pretendia que ela fosse um avanço em relação ao que havia feito Varnhagen. Insistimos neste ponto porque é nos anos 1880 que o sonho do cearense, projetado no fim da década anterior, parece querer tornar-se realidade. E à medida que o tempo avança, ele pretende recolher elementos suficientes para dar ao país uma narrativa de sua própria formação alternativa à do Visconde de Porto Seguro. Pois aos olhos de Capistrano, aliás, não fora isso o que seu antecessor fizera.

<sup>78</sup> Carta a Lino Assunção [sem data, ano provável 1885] in RODRIGUES, J.H. (org), *Correspondência...* vol. 3, Op.Cit., p. 320.

<sup>79</sup> Carta a Lino de Assunção [09/07/1885], *ibid.*, p. 321.

Na carta de julho de 1885 que citamos de Capistrano para Lino Assunção, há outra passagem muito significativa que nos revela como as dimensões de pesquisador e narrador estão intimamente ligadas. A partir da observação do índice de um manuscrito, provavelmente a *História eclesiástica do Brasil*, de Gonçalo Soares da França, ele comenta o seguinte:

“do índice que existe no Catálogo latino deduzo que é sumamente importante, porque trata da fundação das freguesias, isto é, de um dos melhores meios de estudar o movimento da população, o empossamento do país e muitas outras coisas, que a teu espírito atilado não podem escapar. Será possível obter uma cópia?”<sup>80</sup>

Aqui podemos imaginar Capistrano às voltas com mapas e descrições de antigos roteiros espaciais trilhados pelos conquistadores, personagens que seriam protagonistas nos processos complementares de ocupação do território e de formação de uma nova nacionalidade. A relevância da questão espacial, que ganha contornos bastante nítidos nos anos 1880, aparece como um dos traços originais de Capistrano. Ele mesmo se atribuía a novidade e procurava se aprofundar no estudo da questão: “Como vê”, escreve a Lino, “estes assuntos não me são estranhos e poucas estradas importantes do Brasil me são desconhecidas na sua parte geral. A desgraça é que os roteiros que tenho podido consultar geralmente não são velhos, são do reinado de D. João VI. Para o meu trabalho, preciso dos roteiros mais antigos que puder descobrir”.<sup>81</sup>

Este “eixo espacial” da história Pátria é uma de suas preocupações centrais e alude à dimensão narrativa que acreditamos estar pressuposta por suas solicitações de documentos. Obviamente, não se trata de documentos quaisquer, mas daqueles que pudessem conter elementos que auxiliassem a responder perguntas precisas acerca, por exemplo, da formação das antigas estradas do povoamento. Este, por sua vez, seria um dos elementos de uma estrutura narrativa abrangente capaz de narrar o enredo da formação da nação. Na parte II deste trabalho, veremos como está implicada no “eixo espacial” a noção da contigüidade territorial do Brasil.

Questões sobre o eixo espacial da história Pátria haviam se tornado de primeira ordem para o historiador cearense. Elas respondem ao mesmo tempo pela

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 320.

pretendida originalidade do autor e pela nossa tentativa de argumentar pela indissociabilidade das dimensões do narrador e do pesquisador.

Na correspondência com o Barão do Rio Branco, também é possível constatar a relevância que tinha assumido para Capistrano a questão do povoamento. É interessante cotejar as duas correspondências não apenas por serem contemporâneas, mas porque oferecem oportunidade sem igual de perceber como naqueles anos o historiador consolida um projeto intelectual e assume riscos, pois a tarefa é imensa.<sup>82</sup>

Escrevendo ao Barão à propósito de um livro de autoria provável de Gabriel Soares, o historiador cearense lamentava que este não tivesse sido escrito “lá para 1690, de modo a implicar a questão para mim mais importante da história Pátria – o povoamento da zona entre o São Francisco e o Parnaíba”, e acrescenta que esperava receber documentação capaz de iluminar aquela lacuna do conhecimento: “Felizmente, espero em breve receber dois mss. que em parte suprirão esta lacuna: a *História Eclesiástica do Brasil*, de Gonçalo Soares de Franca, que está em Lisboa, e a *Descrição da Bahia*, de Bernardo Vieira Ravasco”.<sup>83</sup>

Não se deve perder de vista também que estas buscas de Capistrano de Abreu, em meados dos anos 1880, representam uma continuidade com os esforços de pesquisa feitos para a redação de *O descobrimento do Brasil*, de 1883.<sup>84</sup> No capítulo “O sertão”, o historiador trata das inúmeras “bandeiras” (não há aqui ainda a distinção entre bandeirantes e conquistadores) e de seus possíveis roteiros:

“De todas estas entradas bem poucos são os roteiros que se conservam. Gabriel Soares dá-nos alguns, porém confusamente. Frei Vicente do Salvador dá outros, mais circunstanciados quanto à parte anedótica, porém inteiramente deficientes

<sup>81</sup> Carta a Lino de Assunção [09/07/1885], Op.Cit., p. 321-2.

<sup>82</sup> Em carta a Lino de Assunção [12/03/1885], escreve: “A história do Brasil é um mundo, e o que existe nos arquivos portugueses, pelo menos um continente...Peço-te que circunscrevas suas investigações ao século XVI”, *ibid.*, vol. 3, p. 306.

<sup>83</sup> Carta ao Barão do Rio Branco [9/04/1887], *ibid.*, vol. 1, p. 112.

<sup>84</sup> A continuidade dos temas e preocupações presentes em *O descobrimento do Brasil*, de 1883, e das pesquisas para a os *Materiais e Achegas para a história e a geografia do Brasil*, pode ser intuída a partir dos próprios textos e das cartas já citadas. Entretanto, há uma carta ao Barão do Rio Branco que não deixa margem para dúvidas. Ao enviar para ele “o último ou penúltimo” exemplar de sua tese, comenta: “Escrita e impressa no prazo improrrogável de 40 dias, deixei o assunto quase intacto: no último capítulo fui obrigado a reduzir a proposições o que no meu plano primitivo deveria dar assunto a outros tantos capítulos. Enfim, tenho esperança que ainda hei de poder completar este e outros trabalhos, principalmente se em alguma febre de economia que sobrevier, não começarem os cortes pelas Achegas”, [23/02/1887], *ibid.*, vol. 1, p. 108-9.



quanto à geografia...Marcgrav só, dá um que é o mais completo e o mais lúcido que possuímos, tanto que por ele se pode facilmente reconhecer o caminho procurado”<sup>85</sup>

Neste parágrafo, que bem poderia ser confundido com um trecho de sua correspondência tal a proximidade das questões discutidas, é possível verificar como a formação de sua concepção da história Pátria delimita o tipo de documento que procura recuperar. É como se o historiador construísse o seu próprio arquivo, baseado no pressuposto de uma estrutura narrativa capaz de estabelecer um eixo comum para os “fios multicoloridos” da realidade histórica.

Por trás da estrutura narrativa que poderia organizar os diversos documentos, deveria estar a capacidade do historiador de estabelecer um enredo para os fatos. Sem esta os acontecimentos ficariam sujeitos à simples sucessão cronológica. Aquela capacidade, em certa medida, faltara a Varnhagen e, também, a um de seus cronistas prediletos: o frade baiano Frei Vicente do Salvador. No prefácio que redigiu para o “livro mítico” (a História do Brasil) de Frei Vicente, ele faz a seguinte e preciosa observação: “Seu livro, no fundo, é uma *coleção de documentos, antes reduzidos do que redigidos*, mais Histórias do Brasil do que História do Brasil”.<sup>86</sup> A ausência de um fio condutor fazia com que Frei Vicente não conseguisse estabelecer um enredo para sua história. Não é por acaso que neste prefácio reaparece uma periodização da história Pátria elaborada pelo historiador cearense pelo menos desde “Sobre o Visconde de Porto Seguro”. Estamos aqui lidando com o plano narrativo que informa e dá sentido à atividade pesquisadora de Capistrano.

Nos anos 1880, dizíamos, Capistrano de Abreu trabalhava com afinco na publicação de documentos que considerava indispensáveis ao conhecimento da história Pátria. Na Biblioteca Nacional encontrou um ambiente ideal para exercer seu ofício de historiador. Ali teve condições de tentar constituir fundos documentais sem os quais a possibilidade de estabelecer uma identidade para uma nacionalidade nascente não poderia se concretizar. Além disso, o conhecimento do passado era visto como condição para a projeção de um futuro para aquela sociedade.

<sup>85</sup> ABREU, J.C., *O descobrimento do Brasil* [1883], p. 68.

<sup>86</sup> Id., “Prefácio” in Frei Vicente do Salvador: *História do Brasil*, Rio de Janeiro, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 13, dez. 1888, p. xviii.

Insistimos até aqui que as dimensões do pesquisador e do narrador andam em associação contínua nos trabalhos desenvolvidos por Capistrano. A própria existência de um projeto intelectual – escrever a História do Brasil – que tem como correlata uma idéia geral sobre a história Pátria (a estrutura narrativa organizada por um enredo, que no caso de Capistrano é o da formação da nação) é que informa e organiza a constituição de um corpo documental para esta História.

Que o “pedestal de Varnhagen” projete uma sombra sempre presente para Capistrano de Abreu na constituição daquele projeto que para ele é um sonho que se confunde com sua própria existência, detecta-se tanto nos já analisados textos sobre o Visconde de Porto Seguro, quanto em trechos de sua correspondência. Se voltarmos a ler as cartas enviadas para o Lino de Assunção, sempre nos anos 1880, quando o projeto ganha consistência, podemos recuperar suas intenções:

“Vou começar um dia destes uma leitura atenta de Varnhagen, no que diz respeito ao século XVI para completar as indicações no que respeita às fontes daquele século, que já te mandei. Este trabalho servir-me-á para introdução à história de Frei Vicente. A princípio pretendia tratar das fontes em geral quanto ao século de minha predileção, mas é cedo: estudarei somente as fontes de Frei Vicente”<sup>87</sup>

Como se vê, a leitura de Varnhagen ou de Frei Vicente tinha como uma de suas razões, a identificação de documentos que poderiam ser buscados para publicação e mesmo a descoberta de novas fontes que pudessem trazer ao conhecimento pontos desconhecidos da História do Brasil, aqui referidos ao século XVI.

De uma carta redigida dois anos depois, enviada ao Barão do Rio Branco, podemos extrair outros elementos para elucidar este proceder metodológico de Capistrano. De leitor de Varnhagen ou de documentos, o historiador passa a narrador e proponente de uma história do Brasil diversa da de seu antecessor, que se não chega a configurar um antípoda, aparece como uma imagem refletida no espelho da qual o cearense procura se desvencilhar, afirmando sua própria identidade:

“Quando comecei meus estudos de história Pátria, chamou-me especial atenção o século XVI. Ainda hoje gosto muito dele, mas agora o que mais me seduz é o século XVII, principalmente depois da Guerra holandesa. Vejo nele tantas

---

<sup>87</sup> Carta a Lino de Assunção [11/06/1885], in RODRUGUES, J.H. (org), *Correspondência de Capistrano de Abreu*, vol. 3, Op.Cit., p. 318.

questões, e sobretudo tanta obscuridade! Na obra de Varnhagen, tirado o que diz respeito às guerras espanholas holandesas, quase nada há para representar este século. Preencher esta lacuna é, portanto, o meu interesse principal”<sup>88</sup>

Nesta carta ao Barão, mas não apenas nela, aparece a preocupação com o eixo temporal da história Pátria<sup>89</sup>. Já aludimos ao eixo espacial, o do deslocamento da atenção para o sertão e para as questões do povoamento. Neste está propriamente a novidade que Capistrano pretende trazer ao conhecimento da História do Brasil. Ele não está dissociado, entretanto, do eixo temporal. Veremos isto com mais vagar na segunda parte do trabalho. O que importa notar aqui é que com o suceder da década de 1880, podemos observar Capistrano lutando para se descolar da simples seqüência cronológica em direção à questão espacial. Sinais desta sutil mudança de ênfase revelam como o historiador passa a ter consciência de sua problemática particular e tenta se diferenciar de Varnhagen.

Para melhor visualizar como o historiador cearense procura estabelecer um caminho próprio para fazer com que a “nossa história” mude de feição, é preciso compreender como Capistrano justifica a idéia de escrever a História de um ponto de vista nacional. Este é o elo que falta, para além da concepção moderna da história e da montagem de um arquivo da história Pátria.

### 1.3 história íntima e superação do “transoceanismo intelectual”

Quando utilizamos a imagem do “pedestal de Varnhagen” para referir à necessidade sentida por Capistrano de Abreu de escrever a História do Brasil apesar do esforço de seu antecessor, argumentamos que tal necessidade devia-se a uma problemática científica. A História do Brasil podia e devia ser escrita novamente porque a própria história como conhecimento científico avançara e continuaria a progredir dependendo dos esforços de seus praticantes.

Mas deixamos de lado uma outra razão bastante evidente nos textos de Capistrano e da qual trataremos a seguir. Para tanto, podemos voltar ao ponto de

<sup>88</sup> Carta ao Barão do Rio Branco [09/04/1887], *ibid.*, vol. 1, Op.Cit., p. 113.

<sup>89</sup> Em outra carta ao mesmo Barão [25/11/1886], escreve sobre a *Crônica dos jesuítas no estado do Maranhão*, do Padre Betendorf e sobre a *Cultura e opulência do Brasil*, de Antonil: “com ela [a obra de Antonil] e com a *Crônica dos Jesuítas no Estado do Maranhão* do Padre Betendorf, que vai até 1627, modifica-se absolutamente a fisionomia do século XVII, que é muito mais desconhecido que o século anterior”, *ibid.*, p. 104.

partida desta parte. Dizíamos que o historiador cearense estava convencido de ser testemunha ocular de um momento histórico marcante: aquele que poderia assistir ao complemento de um processo iniciado nos tempos coloniais, a saber, a formação da nação brasileira.

O que importa destacar quando lembrarmos das críticas de Capistrano à Varnhagen, é justamente a hipótese de que o Visconde de Porto Seguro não teria escrito uma história do Brasil do “ponto de vista nacional” porque acreditava que a nação ainda não estava formada. Ora, os intelectuais que viviam no fim do século XIX brasileiro, elegem a nação como questão e a interpretam como processo e projeção. Constatam que, embora frágil, o sentimento nacional necessitava, por isso mesmo, ter consciência de sua evolução.

Ao cunhar a expressão transoceanismo, Capistrano de Abreu referia-se ao sentimento de melancolia e desdém pela terra predominante nos primeiros povoadores do Brasil e ao seu desejo de retornar ao Reino tão logo fizessem fortuna. Mas chamaremos a atenção para o fato de que a possibilidade de escrever a História do Brasil de um “ponto de vista nacional” pode ser entendida como a superação de um “transoceanismo intelectual”.<sup>90</sup> Capistrano chama atenção de seus contemporâneos para o “desamor que há pelas coisas pátrias”,<sup>91</sup> que se refletia também na maneira de retratar a História do Brasil.

No “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen”, de 1878, Capistrano considerava a *História Geral do Brasil* avançada “na maneira de conceber a história Pátria”,<sup>92</sup> em relação a algumas obras anteriores. Em Gândavo e Gabriel Soares, o Brasil “é considerado simples apêndice de Portugal”.<sup>93</sup> Os cronistas eclesiásticos o vêem “simplesmente como uma província, onde a respectiva Congregação prestou serviços, que procuram realçar”.<sup>94</sup> Rocha Pita, por sua vez, tenta “fazer estilo”, “imitar Tito Lívio”, e encontrar em solo americano “cenas que

<sup>90</sup> Embora não use a expressão “transoceanismo intelectual”, José Guilherme Merquior escreveu a seguinte passagem sobre Capistrano que nos inspirou a usá-la: “dotou a cultura nacional de um conceito altamente crítico e revelador: o conceito de transoceanismo, que denuncia a alienação do nosso espírito, de nossa condição de falsos europeus na América”, in *De Anchieta a Euclides. Breve história da literatura brasileira*, 1979, p. 113

<sup>91</sup> ABREU, J.C., “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 139.

<sup>92</sup> Id., “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 89.

<sup>93</sup> Ibid., p. 90.

<sup>94</sup> Id.

relembrem as que se passaram na Europa”.<sup>95</sup> E Southey, ao contrário, busca fugir “às sociedades do Velho Mundo”. Quer descobrir “aspectos originais e perspectivas pitorescas, a que cedem todos os poetas transatlânticos”.<sup>96</sup>

Varnhagen destoa de seus antecessores porque “atende somente ao Brasil, e no correr de sua obra procurou e muitas vezes conseguiu colocar-se sob o verdadeiro ponto de vista nacional”.<sup>97</sup> Por outro lado, no mesmo texto, Capistrano cuida de criticar Varnhagen pela “falta de espírito plástico e simpático” que deturpa sua visão sobre determinados acontecimentos da História do Brasil. A obra de Varnhagen representara um avanço. Não o suficiente. Seguindo a pista das críticas ao Visconde de Porto Seguro, é perceptível que Capistrano se esforça em sinalizar para seus contemporâneos a necessidade de escrever a História de um ponto de vista brasileiro. Para tanto, havia que se tratar os “ensaios de afirmação nacional” diversamente do que fizera Varnhagen:

“A falta de espírito plástico e científico – eis o maior defeito do Visconde de Porto Seguro. A história do Brasil não se lhe afigurava como um todo solidário e coerente. Os pródromos da nossa emancipação política, os ensaios de afirmação nacional que por vezes percorriam as fibras populares, encontram-no severo e até prevenido. Para ele, a Conjuração mineira é uma cabeçada e um conluio; a Conjuração baiana de João de Deus, um cataclisma de que rende graças à providência por nos ter livrado; a Revolução pernambucana de 1817, uma grande calamidade, um crime em que só tomaram parte homens de inteligência estreita, ou de caráter pouco elevado. Sem D. Pedro a independência seria ilegal, ilegítima, subversiva, digna da forca ou do fuzil...”<sup>98</sup>

Para Capistrano de Abreu, os acontecimentos citados são diferentes manifestações que obedecem a uma mesma lógica – a da progressiva diferenciação entre brasileiros e portugueses, que geraria a idéia de independência, ou, a do processo de afirmação de um novo “espírito nacional”. Para ele, Nação e História são conceitos que dizem respeito ao que é específico e diferente.

Para Varnhagen, ao invés, aqueles acontecimentos contrariam a direção de um desenvolvimento histórico imposto pela metrópole desde os tempos coloniais cujo ponto de chegada é o Estado Imperial consolidado. Por outro lado, Nação aparece para o Visconde de Porto Seguro como idéia muito próxima da de Civilização: “Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da

---

<sup>95</sup> Id.

<sup>96</sup> Id.

<sup>97</sup> Id.

idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga Metrópole; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizatória iniciada pela colonização portuguesa”.<sup>99</sup> Por aproximar Nação e Civilização, Varnhagen e os letrados do IHGB pensam o conceito de Nação como “restrito aos brancos, sem ter, portanto, aquela abrangência a que o conceito se propunha no espaço europeu”.<sup>100</sup>

Não por outro motivo, a saber, por contrariar o desenvolvimento histórico imposto pela metrópole, os acontecimentos do Período Regencial aparecem retratados na historiografia de Varnhagen e do IHGB como obstáculos :

“os acontecimentos do Período Regencial, ao insistirem em contrariar um ‘desenvolvimento natural’ ( isto é, período colonial – Reino Unido – emancipação política – Estado nacional centralizado e território unificado), devem ser entendidos como “ilógicos”, expressão de uma “crise” (ou seja, de um perigo) que deverá ser superada para que o destino nacional possa se cumprir...”<sup>101</sup>

Importa destacar que o predomínio desta interpretação, a “versão saquarema”, tem uma força sugestiva que persiste mesmo em fins do século XIX. A hipótese de que Capistrano de Abreu, com o seu trabalho de pesquisa e reflexão, tenha aberto fissuras naquele tipo de representação, pode ser um caminho interessante para pensar a originalidade de sua contribuição. Sua consequência mais imediata seria uma nova visão da História colonial, regulada pela noção da dispersão dos “cinco grupos etnográficos”. A percepção da diversidade não anula o reconhecimento de um necessário destino comum para aqueles diferentes grupos: a formação de uma consciência nacional. Mas o foco já não é o Estado Imperial e sim o sentimento nacional. A Nação, desta vez, passa a ser pensada mais próxima do conceito de Cultura do que do de Civilização.<sup>102</sup>

<sup>98</sup> Ibid, p. 89.

<sup>99</sup> GUIMARÃES, M.L.S., “Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional” Op.Cit., p. 6.

<sup>100</sup> Ibid., p. 7.

<sup>101</sup> MATTOS, I.R., *O tempo saquarema*, p. 120.

<sup>102</sup> Norbert Elias escreveu: “Civilização descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente “para a frente”. O conceito alemão de *kultur*, no emprego corrente, implica uma relação diferente com o movimento. Reporta-se a produtos humanos que são semelhantes a “flores do campo”, a obra de arte, livros, sistemas religiosos ou filosóficos, nos quais se expressa a individualidade de um povo. O conceito de *Kultur* delimita...”, in *O Processo civilizador*, vol. 1, p. 25.

A historiografia européia do século XIX estava “demasiado próxima do advento da forma política do Estado para poder escapar à tentação de a aplicar à descrição e avaliação da evolução histórica das formas políticas...”.<sup>103</sup> Este paradigma, denominado por este autor de “estadualista”, tinha como consequência uma historiografia com “um tom caracterizadamente escatológico, encarando a história política européia como a progressiva preparação do advento do Estado, marcando por sucessos aquilo que fosse entendido como uma facilitação desse advento e por recuos aquilo que se entendesse ser-lhe prejudicial...”.<sup>104</sup> Com esta concepção, tendia-se ao desconhecimento do Antigo Regime, “pois cada um de seus elementos é encarado como antecedente de um elemento do Estado contemporâneo.”<sup>105</sup>

Uma distorção com estas características poderia estar presente em Varnhagen?

No tratamento do período holandês pelo Visconde de Porto Seguro, dá-se a configuração historiográfica para a qual estamos chamando atenção. Evaldo Cabral de Mello vai direto ao ponto, ao discorrer sobre o tratamento dado ao período holandês: “...A historiografia de Varnhagen traçara desde 1854 os limites que deveriam circunscrever a reflexão sobre o tema. Ao contrário do nativismo, que via no período holandês o fato diferencial de uma identidade regional, Varnhagen encarava-o na perspectiva exclusiva da construção do Estado Imperial, de cuja futura unidade ele teria constituído o primeiro elo...”.<sup>106</sup> Perguntando sobre o benefício que teria tido a guerra contra os holandeses – e não da ocupação neerlandesa por si mesma, como lembra Evaldo Cabral de Mello – responde o autor pela “teoria da função civilizatória do conflito bélico”, enumerando as suas consequências positivas: “...em primeiro lugar o reforço da solidariedade entre as classes, ao associar o senhor e o escravo, e da solidariedade entre reinóis e nativos, ao aproximar o ‘soldado europeu do brasileiro ou do índio amigo...’”.<sup>107</sup>

<sup>103</sup> HESPANHA, A.M., *As vésperas do Leviatã. Instituições e poder político em Portugal, século XVII*, p. 19.

<sup>104</sup> *Ibid.*, p. 20.

<sup>105</sup> *Ibid.* Assim, as assembleias de estado como antecipação de parlamento, as câmaras como antecedente da administração periférica.

<sup>106</sup> MELLO, E.C., *Rubro Veio, o imaginário da restauração pernambucana*, p. 368-9.

<sup>107</sup> *Ibid.*, p. 369.

Modelo de interpretação semelhante é utilizado por Joaquim Manuel de Macedo em seus compêndios escolares. Sobre isso, MATTOS, S.R., *O Brasil em Lições. A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*, Rio de Janeiro, Acces editora, 2000, pp. 108-114.

Outra face da estratégia discursiva é a omissão. Leiamos um exemplo, extraído da *História Geral do Brasil*, em que se opta claramente por um silenciamento a respeito do antagonismo entre famílias<sup>108</sup> característico do Brasil colonial. No caso, tratava-se de uma disputa entre os Montes e os Feitosas, membros de duas numerosas famílias que migraram para o Ceará em fins do século XVII:

“Quando as calamidades das guerras com os selvagens pareciam um pouco aplacadas, se originou uma guerra civil entre os bandos de Francisco Alves Feitosa e Geraldo do Monte, que, sendo parentes e antes amigos, se haviam desavindo por uma questão de sesmarias...Essas desavenças vieram a tomar proporções maiores...envolvendo toda a capitania, e tomando até parte alguns índios selvagens. Seguiram-se, por outras questões de terras, mais algumas desavenças, que foram assunto de policia correccional, e não podem figurar nesta história...”<sup>109</sup>

A tendência a construir a imagem de uma sociedade coesa pela *História Geral*, tendia a apagar ou deixar na sombra os conflitos existentes. Não podem figurar na História porque indignos do processo civilizatório dirigido pela Coroa. Pelo contrário, as medidas que tinham como fim regular tais conflitos e impor uma ordem, eram destacadas como positivas para a “nacionalidade brasileira”, na expressão do autor. É o caso da incorporação pelo Estado das capitâncias “que ainda tinham donatários”, no tempo de D. José e Pombal. Medida centralizadora contra as “demasias e prepotências dos capitães-mores locais”.<sup>110</sup>

Se lembrarmos da característica dispersiva da experiência colonial apontada por Capistrano de Abreu, da falta de elementos de coesão social, percebemos que há uma modificação da imagem daquela experiência. Embora esta dispersão tenda para uma unidade – que o historiador cearense procura identificar no suceder da História – permanece que a imagem do período colonial se apresenta como diferente e que a unidade por ele proposta seria também diversa da presente na *História Geral*.<sup>111</sup>

<sup>108</sup> A denominação de família é de Rodolfo Garcia em nota ao texto de Varnhagen. O próprio, como se lê na *História Geral*, usa as palavras bando e parentes.

<sup>109</sup> VARNHAGEN, F.A., *História Geral do Brasil*, 3ª edição integral, vol.4, p. 84.

<sup>110</sup> Ibid., p. 322.

<sup>111</sup> Seria talvez operada por um deslocamento de ponto de vista. Em Varnhagen, o da obra da Casa de Bragança, ou do Estado. Em Capistrano a formação da nação. É assim que o historiador cearense “descobre” “cinco brasís” diferentes e diz da *história geral* que ela retrata a história do Brasil como uma extensão “plana, sempre igual”, em que “os relevos arrasam-se, os característicos misturam-se, as cores desbotam”, in “Sobre o Visconde de Porto Seguro”, Op.Cit., p. 140.



Na conclusão do *Descobrimento do Brasil*, de 1883, há uma frase que incide sobre este ponto. Referindo-se à passagem pelo Brasil de um Bispo de Tucuman, narrada por Frei Vicente, Capistrano faz suas as observações daquele. “Este bispo via que mandando buscar qualquer gênero ao mercado, voltava o criado sem obtê-lo; se porém mandava buscá-lo a casas particulares, remetiam-no sem nada cobrar. Verdadeiramente, disse o bispo, que nesta terra andam as coisas trocadas, porque ela toda não é república, sendo-o cada casa...”.<sup>112</sup> A dispersão que a experiência colonial apresenta tem como consequência a falta de laços de coesão social, ou de sinais de preocupação com questões públicas por parte da população que ia se formando, e seria resultado da irradiação do povoamento a partir de diferentes núcleos geográficos, que podem ser também representados por diferentes famílias que se chocavam em suas incursões pelo interior. Voltaremos à questão do povoamento do sertão na parte II do trabalho.

Ao chegar a Frei Vicente, podemos retomar a questão da superação do que denominamos transoceanismo intelectual, chamando atenção para o fato de que o livro de Frei Vicente, para Capistrano, continha uma semente de desagravo do Brasil que Varnhagen, por exemplo, deixara de enfatizar ou mesmo lhe passara despercebida. A descoberta do livro do frade baiano na Exposição de Geografia e História do Brasil, em 1881, é narrada com emoção por Capistrano,<sup>113</sup> que especula sobre os motivos da não publicação do manuscrito ainda na época de sua confecção, pelo erudito e amante de livros Manuel Severim de Faria:

“Pode bem ser que encontrasse dificuldades em obter licença para a publicação, porque já a esse tempo não gostavam os governantes que se vulgarizassem notícias sobre as colônias. Pode ser também que o manuscrito não lhe chegasse às mãos . E esta afigura-se a hipótese mais provável...Pode ser ainda que não agradasse o tom em que fala do Brasil, e parecesse arriscado o modo porque pregava sua grandeza, sua independência do resto do mundo...”<sup>114</sup>

<sup>112</sup> ABREU, J.C., *O descobrimento do Brasil, sua evolução no século XVI*, p.87.

<sup>113</sup> Há dois prefácios à História de Frei Vicente, um de 1888, outro de 1918. Neste segundo, após descrever as esparsas referências ao livro e seu autor feitas por Varnhagen, entre outros, escreve: “ora, o livro esquivo, quase mítico de frei Vicente do Salvador entrou de modo inesperado na Biblioteca Nacional...[doado pelo livreiro João Martins Ribeiro]” in *Ensaio e estudos*, 2ª série, p. 114.

<sup>114</sup> ABREU, J.C., “Prefácio” in Frei Vicente do Salvador: *História do Brasil*, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 13, 1888, p. i

A transformação da “emoção coletiva”, fio condutor de suas reflexões a respeito da história Pátria e presente nos *Capítulos de História Colonial*, traz consigo uma outra: aquela dos autores que expressam diferentes estágios da formação do sentimento nacional.

Se Pernambuco foi onde o transoceanismo primeiro arrefeceu, em Frei Vicente e no *Diálogo das Grandezas do Brasil* encontram-se “brados veementes” contra o desprezo e desgosto pela terra brasileira. Assim, “Frei Vicente representa a reação contra a tendência dominante: Brasil significa para ele *mais que expressão geográfica, expressão histórica e social*. O século XVII é a germinação desta idéia, como o século XVIII é a maturação”.<sup>115</sup> Esta “expressão histórica e social” resultava, para Capistrano, dos processos de interiorização do povoamento, responsável pela superação do sentimento de inferioridade em relação à Metrópole, e pela lenta formação de um sentimento nacional que teria como conseqüência a idéia de independência. Ao mesmo tempo, é como se ao escolherem desagrar o Brasil, “contra a tendência dominante”, Frei Vicente e Brandônio representassem, eles mesmos, precursores da possibilidade de escrever a história do ponto de vista brasileiro.

Outro exemplo desta dupla constatação – dos elementos empíricos que corroboram a tese da transformação da “emoção coletiva” e dos autores que a expressam - está na periodização da História colonial feita no ano de 1882 em “Sobre o Visconde de Porto Seguro” e retomada na “Introdução” que escreveu para *Informação e fragmentos históricos* do Padre José de Anchieta (1886). Ali, há também uma classificação dos autores que refletem os padrões da psicologia dos colonos em cada período. Assim, ele escreve: “cada um destes períodos, espero poder estudar em outra ocasião – o de 1500 a 1614 na introdução à história do Brasil de Frei Vicente do Salvador...o de 1615 a 1700, a propósito da missão de Frei Martim de Nantes, ou da obra inédita do Andreoni...o das minas a propósito da informação de Pedro Taques”.<sup>116</sup> É claro que na sua leitura, as obras dos autores citados são consideradas como documentos que permitem ao historiador o acesso à realidade do passado. Mas insistimos no fato de que podemos ver também na seleção que Capistrano faz daqueles autores a

---

<sup>115</sup> Ibid., p. xvii

<sup>116</sup> ABREU, J.C., “Introdução” in *Informação e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta*, 1886, p. xiii.

preocupação de afirmar uma originalidade da história que pretendia escrever não só a partir do ineditismo da documentação que procura recolher, como também na maneira ler aqueles mesmos. Assim, por exemplo, se Varnhagen não conseguiu vislumbrar a importância de Frei Vicente, embora o tivesse lido, é porque a sua tentativa de “atender somente ao Brasil” tinha limites. Outro tipo de atitude intelectual ou da maneira de conceber a história Pátria era ainda necessária na interpretação de Capistrano. E é a essa busca do autor cearense que estamos chamando de superação transoceanismo intelectual. Aqui, o que importa, é tanto assinalar para seus contemporâneos a necessidade de se escrever a História do Brasil, quanto justificá-la pela idéia de escrevê-la a partir do ponto de vista brasileiro.

Neste ponto, uma pergunta se impõe: mas afinal, Varnhagen também não pretendia escrever uma “história nacional”, para usar uma expressão do próprio Visconde de Porto Seguro no prefácio da *História Geral do Brasil*? O que é preciso notar, então, é que Varnhagen e Capistrano, quando usam a palavra *nacional*, não querem dizer exatamente a mesma coisa.

Em Varnhagen, a História do Brasil aparecia como uma “continuação da história da metrópole”<sup>117</sup>, em que se pretendia estabelecer um lugar para o Brasil na trajetória da civilização européia. Em suas próprias palavras, “a integridade do Brasil...vai agora ser representada entre as histórias das nações por uma história nacional”.<sup>118</sup> Seguir a leitura da *História geral* é acompanhar o progressivo estabelecimento da soberania portuguesa sobre o Brasil, realizada através de elementos da aristocracia: “por mais que corram os séculos, não há país...que não aprecie a sua aristocracia, isto é, a nobreza hereditária; sendo que a tradição das famílias vem, com o andar do tempo, a constituir a história Pátria”.<sup>119</sup> A “história nacional” de Varnhagen delimitava um recorte. A nação se limita à elite aristocrática e aos representantes do poder da Coroa. “Tomé de Souza havia cumprido sua missão. O Brasil ficava constituído: a autoridade e a lei já haviam feito sentir suas forças benéficas: a moral pública ganhara muito”<sup>120</sup>.

<sup>117</sup> GUIMARÃES, M.L.P., “História geral do Brasil” in MOTA, L.D. (org), *Introdução ao Brasil. Um banquete no trópico*, p. 79.

<sup>118</sup> VARNHAGEN, F.A., *História geral do Brasil*, 3ª edição (anotada por Capistrano de Abreu), 1907, p. xxi. [prefácio da primeira edição]

<sup>119</sup> *Ibid.*, p. 151.

<sup>120</sup> *Ibid.*, p. 260.

Por estabelecer uma estrita filiação e uma continuidade entre a História do Brasil e a de Portugal, é que o autor da *História geral do Brasil* vê com reserva os “ensaios de afirmação nacional” que Capistrano enumerara no *Necrológio* em passagem que citamos acima (p.37). Se o historiador o contesta, é porque a palavra *nacional* não tem, para ele, o mesmo significado que tinha para seu antecessor. Em Capistrano, a nação se forma a partir do povoamento do interior do território, tarefa realizada por conquistadores, mas também por personagens mestiços de branco e de índio e pretos forros que conduzem as boiadas para o sertão.

Ao transformar o livro de Frei Vicente em documento para perceber as transformações da “emoção coletiva” que levaria à formação do sentimento nacional, Capistrano de Abreu deixa implícita uma falta de percepção de Varnhagen. É como se o transoceanismo, criado pelo cearense para explicitar o sentimento de desdém dos colonos pela terra, se transformasse numa atitude intelectual de historiadores pouco simpáticos aos movimentos que, na ótica de Capistrano, levariam à formação da nacionalidade brasileira.

O fato de que, na interpretação do historiador cearense, o cuidado em examinar os caminhos do povoamento seja a principal novidade de Frei Vicente liga-se, sem dúvida, com o seu próprio projeto sobre a história do Brasil. E expressa também o que chamamos de superação do transoceanismo intelectual, ou, a possibilidade de conceber aquela história de forma a retratar um enredo diferente daqueles até então imaginados pela historiografia brasileira.

Ao reconhecer que no livro do frade baiano “há também o pensamento de que a prosperidade do Brasil está no sertão, que é preciso penetrar o oeste, deixar de ser caranguejo, apenas arranhando praias, a oposição do bandeirismo ao transoceanismo...”,<sup>121</sup> Capistrano reforça a importância documental do texto de Frei Vicente, e, ao mesmo tempo aponta para sua própria concepção da história Pátria.

Além de Frei Vicente, seria oportuno lembrar da recuperação que Capistrano fizera, ainda no final da década de 1870, do indianismo literário, expressão típica e singular da nacionalidade brasileira. O indianismo

---

<sup>121</sup> ABREU, J.C., “Prefácio” [1888], Op.Cit., p. xvii/xviii.

“surgiu do seio brasileiro...o que ele representava era a luta de raça contra os portugueses dominadores; a identificação com os indígenas, a diferenciação sistemática dos reinóis. O sentimento que os inspirava foi o mesmo que nos tempos da independência levou tantos homens a trocarem os apelidos portugueses por nomes de madeiras, de animais e de tribos selvagens...”<sup>122</sup>

O indianismo aparece para o historiador como um daqueles elementos que identifica a identidade do ser brasileiro. Ele não poderia ter ocorrido em outro lugar e expressava a progressiva diferenciação entre brasileiros e portugueses.

As investigações do historiador cearense, sobretudo nos anos 1880, ganham contornos específicos. Trata-se de aprofundar os conhecimentos sobre o que ele denominou, ao menos desde 1880, “história íntima”. Esta

“deve mostrar como aos poucos foi se formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação. Esta história deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros...”<sup>123</sup>

Isto implicava, como vimos no item dois desta parte, a partir das cartas a Lino de Assunção, além de um deslocamento de perspectiva em relação à historiografia dominante, demasiado concentrada nos acontecimentos do litoral e “refém” da Guerra Holandesa e da Colônia do Sacramento, uma inevitável consulta aos arquivos portugueses.

O projeto intelectual de Capistrano ganha contornos mais nítidos em sua tentativa de se diferenciar de Varnhagen e do que até então se produzia em termos de conhecimento histórico. A idéia de que o principal tema para século XVII fosse o povoamento e a ocupação do interior do país, é um indício de sua intenção de “quebrar os quadros de ferro de Varnhagen”. A busca insistente em desvendar os “roteiros espaciais” do povoamento, seus itinerários, significava a crescente importância dada ao sertão em contraposição ao litoral. E era também a possibilidade de superar o transoceanismo intelectual e escrever a História do “ponto de vista nacional”.

<sup>122</sup> ABREU, J.C., “José de Alencar” [ 20/12/1882 ]in *Ensaio e estudos*, 4ª série, p.58.

<sup>123</sup> Id., “Livros e letras”, *Ensaio e estudos*, 4ª série, p. 157.

A questão do espírito do povo ou de uma essência nacional aparece para vários dos contemporâneos de Capistrano de Abreu. À sua maneira, qual seja, concebendo a trajetória histórica como elemento de distinção e particularidade de uma nacionalidade, o historiador cearense não apenas a tematiza como faz do conhecimento da História o critério válido para afirmar como ela se formou e evoluiu.

Em sua obra historiográfica, Capistrano pouco produziu acerca do período posterior à independência. Sua preocupação principal foi o estudo da formação da população e do sentimento nacional durante os “três séculos” após o descobrimento. Os *Capítulos de História Colonial*, como expressa o título, têm como limite cronológico o início dos oitocentos. Eles são, para o historiador, ao mesmo tempo um termo e um ponto de partida. É que o fim da História colonial não coincide com o do processo de formação da nação. Produto da colonização, os “cinco grupos etnográficos” têm o desafio de se constituir numa nacionalidade, caminho ainda trilhado na própria época do historiador, ele mesmo testemunha da libertação dos escravos e das discussões sobre a imigração.

Entre Varnhagen e Capistrano há um evidente deslocamento. Para o primeiro, que cresceu em meio às disputas para consolidação o Estado Imperial, era a sua legitimidade que preocupava. Já para o historiador cearense, a nacionalidade deve ser buscada não na esfera estatal, mas no povo e, em particular, no sentimento nacional por ele eventualmente expresso.

Desde o *Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen*, dizíamos, ficara evidente a confirmação do propósito de Capistrano de se dedicar à história do Brasil. No item um desta parte do trabalho, vimos como ele constrói a imagem pública de um historiador moderno munido do instrumental científico adequado para a elaboração da historiografia. Em parte, seus esforços destacam-se num contexto em que parece predominar entre os intelectuais da geração de 70, o interesse na constituição de uma história da *literatura* brasileira, um campo mais próximo da crítica literária.

Quando Capistrano procura os elementos definidores da nacionalidade, examina a população que se formou durante três séculos. A mestiçagem, que destaca em *O descobrimento do Brasil* (1883), as estradas do povoamento, a criação de gado, as minas, o sertão são temas que privilegia, pois levam à modificação do complexo de inferioridade e à formação do sentimento de

superioridade em relação à Metrópole. O indianismo literário, como as crônicas coloniais de Frei Vicente e de Ambrósio Fernandes Brandão, são documentos daquela transformação e por isso duplamente valorizados por Capistrano. Pois além do conhecimento que trazem para desenvolver aqueles temas caros ao historiador cearense, dão também testemunho de “simpatia” pelo país, iniciando seu desagravo.

Os acontecimentos acima citados fazem parte de um enredo com início meio e fim e que culmina com a Independência, ou, com a “consciência de superioridade à Metrópole”. Podemos identificar isso em várias passagens da obra de Capistrano. Vejamos o exemplo de um texto escrito em 1881 a propósito da comemoração do Sete de Setembro.

O texto, publicado na *Gazeta de notícias*, alude à inevitabilidade do Sete de Setembro e ordena os acontecimentos de maneira a convencer o leitor de uma seqüência lógica e cumulativa, sendo o dia da independência apenas uma consequência necessária dos antecedentes. Assim, escreve o historiador: “Hoje, à medida que se conhece melhor o passado, e abarca-se mais adequadamente as suas manifestações múltiplas, vê-se que é um dia lógico e coletivo, que *teve uma incubação de séculos* e teria alvorecido quaisquer que fossem as circunstâncias”.<sup>124</sup>

O historiador, tendo conhecimento do ponto de chegada, tende a considerar o suceder da História como inevitável. A incubação secular da independência torna-se como que um imperativo. “Desde que começou a ser colonizado o Brasil, a diferenciação era fato inevitável entre a colônia e a metrópole”.<sup>125</sup>

Com este ponto de vista, o historiador elabora sua periodização do processo de formação do “sentimento” de superioridade à metrópole. Os primeiros povoadores, impressionados com aquela, vista sob um “prisma fascinante”, não podiam senão conceber a colônia sob o signo do “niilismo”. Sensação que durou “mais de um século” e começou a ser superada por “paulistas” e “pernambucanos”.

<sup>124</sup> Id., “Sete de Setembro” in *Ensaio e Estudos*, 4ª série, p. 284.

<sup>125</sup> Ibid.

Os primeiros “se internando pelas florestas, travando combates homéricos contra as forças aliadas da natureza e indo aprisionar índios nos domínios de Castela”.<sup>126</sup> Já os pernambucanos, apesar de abandonados pela metrópole, “acharam em si bastantes energias para quebrar o jugo do holandês”.<sup>127</sup> Este período, que Capistrano denomina “luta pela posse do território” findara em meados do século XVII. É um período de disputas de Portugal contra outras metrópoles européias – franceses e holandeses - pela posse do território do Brasil e que é decidida pela decisão dos portugueses de povoar, tema que desenvolveria em *O descobrimento do Brasil*.

Evidencia-se também, a partir desta concepção processual da formação da nacionalidade, as idéias de amadurecimento e de precocidade cujo sintoma é o uso da expressão “ainda não”. Obviamente, ela supõe a idéia de uma história linear, de acumulação progressiva, uma visão retrospectiva do passado e a precedência da temporalidade como critério basilar da obra historiográfica. O tempo é uma força histórica cuja passagem garante por si só as mudanças e, por isso mesmo, é um lugar privilegiado para identificá-las.

Na periodização que elabora no texto “Sete de Setembro”, o período que se segue ao primeiro, “ainda é de luta”, mas agora uma luta interna, entre colonos e reinóis, entre “portugueses da Europa” e “portugueses da América”. Aqui mais uma vez aparece o compasso de espera: “Ainda então não estava desenvolvida a idéia de pátria comum: não havia brasileiros e portugueses e a luta não podia tomar caráter nacional”.<sup>128</sup> O que não está explícito, mas que podemos deduzir, é que o sentimento nacional encontra-se em evolução. Quando Capistrano usa a palavra “brasileiros”, quer significar não apenas o lugar de nascimento, mas um sentimento interior e a consciência deste sentimento, evolução que deveria ser tematizada pela “história íntima”.

Predominam neste período as chamadas “lutas municipais”:

“Se fosse necessário qualificar com uma palavra todas as revoltas começadas, todos os movimentos de impaciência que mal se divisam hoje através das mutilações pelas quais têm passado a história, seria esta palavra *lutas municipais*. Delas ainda se encontram vestígios em diferentes províncias, nas posturas que só permitiam a vereança aos filhos da terra, e nas que a proibiam a

---

<sup>126</sup> Ibid., p. 285.

<sup>127</sup> Ibid., p. 285.

<sup>128</sup> Ibid., p. 285.



mercadores. A revolta de Beckman e a guerra dos Mascates têm igualmente o caráter de municipais”<sup>129</sup>

O primeiro passo para romper o transoceanismo, o sentimento de melancolia da terra dos primeiros povoadores, advém destas chamadas “lutas municipais”. O caráter local ou provincial de suas reivindicações manifestava a ausência de cooperação entre as diferentes capitanias. Ao mesmo tempo, percebe-se que estas lutas têm a função de tornar clara a diferenciação entre colonos e reinóis, um degrau rumo ao desenvolvimento de uma consciência nacional.

No texto “a literatura brasileira contemporânea”, de 1875, publicado em *O Globo*, tais “lutas municipais” aparecem como tentativas extemporâneas e, por isso, sem dar como resultado a independência. A projeção do ponto de vista nacional, e vale dizer, da unidade nacional, sobre o passado colonial aparece neste texto no momento que coloca a revolta de Beckman como tentativa precoce: “Considerar a nossa independência como a tradução da consciência de superioridade a Portugal é a interpretação que me parece verdadeira...assim, explica-se como a tentativa de 1822 foi fecunda, porque era temporânea, ao passo que a de Bequimão e outras foram estéreis, porque eram precoces”.<sup>130</sup> Na lógica aqui explicitada, se torna clara a alusão de Beckman e de outras “lutas municipais” se não como aspirantes da independência, ao menos como antecedentes dela. Como no texto “Sete de Setembro”, a História do Brasil apresenta um sentido, dado pela diferenciação progressiva entre portugueses e brasileiros.

Na periodização que Capistrano estabelecia no texto citado de 1881, continua o autor argumentando que a consciência de comunidade e solidariedade entre as diferentes províncias, aos poucos, ia se formando. Era a “solda” que deveria ligar os diferentes “grupos etnográficos” que já se consideravam diferentes aos reinóis e a eles se opunham.

A descoberta das minas é um dos fatos capitais neste processo: “travou-se então o combate dos interesses: desapareceu o desdém surdo que havia pelo Brasil; e com as maiores exigências do reino, com as leis mesquinhas que

---

<sup>129</sup> Ibid., p.285/286.

<sup>130</sup> ABREU, J.C., “A literatura brasileira contemporânea” in *Ensaaios e estudos*, 1ª série, p. 48.

promulgou, com o sistema estreito a que se apegou foram se despedaçando os laços que ligavam a colônia à Metrópole”.<sup>131</sup>

D. Pedro I aparece apenas no final do pequeno texto e é retratado no papel de mantenedor da unidade do Brasil:

“os brasileiros devem ser gratos à sua memória, porque ele prestou-nos um grande serviço, talvez único. Sem ele, sem o prestígio que lhe dava sua ascendência, o Brasil não estaria unido. Como o Vice-reinado do Prata, haveria aqui diferentes Estados, e Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, seriam o centro de outros tantos governos independentes e talvez hostis”<sup>132</sup>

Seja como for, o que importa notar é que a força da identidade capitaniais – pernambucanos, baianos, fluminenses e paulistas, – poderia ter dado como resultado diferentes países. O que indica que a existência de uma consciência nacional na época da independência política era, para Capistrano, uma interrogação.<sup>133</sup>

Mais interessante do que tentar responder a esta pergunta, é verificar o ponto de vista que Capistrano adota em sua narrativa. Apenas no final do texto, ele evoca D. Pedro I. Mesmo que lhe reconheça algum valor pela manutenção da unidade do país, o historiador pretende se diferenciar dos “louvaminheiros oficiais”, que fazem do sete de setembro uma “era dinástica”. “Os louvaminheiros oficiais podem esquecer toda a elaboração desta idéia, que germinou nas bandeiras dos paulistas, foi acalentada nos arraiais pernambucanos, estendeu-se por toda a parte, e um dia cristalizou-se fulgurante no espírito de Tiradentes”.<sup>134</sup>

Nesta citação reaparece o projeto da história do Brasil de Capistrano. Na ênfase que dá aos processos de povoamento do interior pelas bandeiras ou pela expansão pastoril, procura investigar a formação da população associada à do sentimento nacional. Aí está propriamente a “história íntima” que ele pretendia escrever. E assim fazendo, procurava um caminho novo e diferente que o distanciava de “louvaminheiros oficiais”, esquecidos do papel do “cinco grupos

<sup>131</sup> Id., “Sete de Setembro”, Op.Cit., p. 286.

<sup>132</sup> Ibid., p. 287.

<sup>133</sup> Anos mais tarde, na redação dos *Capítulos de História Colonial*, coloca a questão para o período imediatamente anterior à vinda da Corte nos seguintes termos: “É mesmo duvidoso se sentiam, não uma consciência nacional, mas ao menos capitaniais, embora usassem tratar-se de patricio e paisano”, in *Capítulos de História Colonial*, Belo Horizonte, Itatiaia, p. 256.

<sup>134</sup> Ibid., p. 287.

etnográficos” na formação da idéia da independência e na construção de uma nova nacionalidade.

A “história íntima”, tal como Capistrano de Abreu a concebe, tem uma dupla dimensão: é a História da ocupação do território e a da transformação da “emoção coletiva” do povo brasileiro. O tema do sertão é relevante neste contexto porque é o espaço em que estas mudanças encontram seu palco privilegiado : “...foram os donatários que iniciaram a conquista do sertão, e assim concorreram para a formação de um país e de um povo novos e que desde o começo tendeu a diferenciar-se dos moldes europeus”.<sup>135</sup>

Se lembrarmos dos *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu, veremos que o capítulo inicial denomina-se “antecedentes indígenas”. É verdade, como notou Denise Bottman<sup>136</sup>, que eles estão antes do início verdadeiro da História do Brasil, que começa com a chegada dos portugueses. Podemos dizer, assim, que o descobrimento do Brasil é considerado por Capistrano um “momento axial”<sup>137</sup> a partir do qual se conta o tempo. Nesse particular, seria preciso acrescentar aos “Antecedentes indígenas”, os “Três séculos depois”, título do último capítulo dos *Capítulos*. É que a partir do momento axial “todos os acontecimentos adquirem uma posição no tempo, definida por sua distância ao momento axial – distância medida em anos, meses, dias”.<sup>138</sup>

Mesmo que assim proceda, o historiador reserva ao meio físico e ao indígena um espaço relevante em seu livro. Não é descabido lembrar que eles aparecem como signo da originalidade e diferença. Retrata-se ali o meio e o homem que influenciaram o colonizador, moldando um novo tipo humano. Esta clara posição do autor tem relação com a idéia de que, no Brasil, se formaria uma nacionalidade em que tiveram influência não apenas o colonizador português, mas o indígena e a natureza que o cercava. No capítulo “O sertão”, encontramos desenvolvido em sua plenitude o argumento de Capistrano, pois ali se demonstra, a partir de um eixo espacial mais do que cronológico, a formação de traços de especificidade de uma nação.

<sup>135</sup> ABREU, J.C., “Gravetos de história Pátria”[9/12/1881] in *Ensaios e estudos*, 4ª série, p. 312.

<sup>136</sup> BOTTMAN, D., *A propósito de Capistrano*, 1990.

<sup>137</sup> “O momento axial...não é nem um instante qualquer nem um presente, embora compreenda ambos. Como nota Beneviste, é um ‘acontecimento tão importante que se considera que ele dá um novo curso às coisas.’” RICOEUR, P., “Entre o tempo vivido e o tempo universal” in *Tempo e narrativa*, III, p. 185.

<sup>138</sup> *Ibid.*, p. 185.

Nesse sentido, podemos reafirmar também que ao contrário de Varnhagen, que pretendia ver a nacionalidade brasileira como continuadora das tradições da metrópole, Capistrano tem como enredo de sua narrativa a afirmação de uma progressiva diferenciação entre portugueses e brasileiros.

Para entender como o historiador cearense procurou demonstrar a diferenciação deste novo tipo humano em relação ao colonizador português, é preciso lembrar a sua incursão pela geografia de Ratzel e da conseqüente preponderância do eixo espacial que se manifesta na constante preocupação com o território e com os caminhos de seu povoamento. Esse é o tema da parte dois do trabalho, em que se tenta verificar a concretização dos planos que Capistrano elaborara para a História do Brasil.